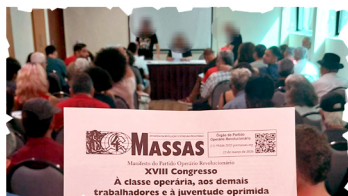




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 38 - Nº 760 - DE 29 DE MARÇO A 11 DE ABRIL DE 2026 - R\$ 5,00



## Realizado o XVIII Congresso do POR

**Viva a construção do Partido Operário Revolucionário, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)!**

**O POR chama a vanguarda com consciência de classe a estudar criticamente as Resoluções do seu Congresso e a fortalecer a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**

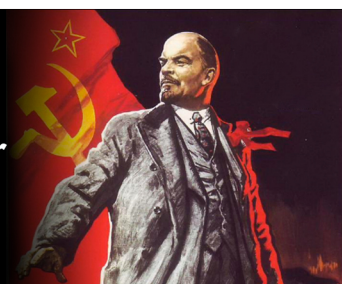
**A situação da crise mundial exige o combate dos explorados em defesa das nações oprimidas contra as guerras promovidas pelos Estados Unidos e seus agentes**

**CONSTITUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA**

**Concluída a campanha dos 102 anos do falecimento de Lênin**

**102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin**

*Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*



# Somente a maioria nacional oprimida sob a direção da classe operária pode defender a soberania nacional

A ofensiva dos Estados Unidos em todo o mundo para impor seus interesses econômicos e sustentar sua hegemonia em declínio coloca para os países de economia atrasada e semicolonial a questão de como se defender. Nessas condições, ressurgiu o problema da soberania nacional. Países como a Venezuela e o Irã expressam claramente a relação de dominação imperialista. A intervenção militar no país latino-americano e a guerra contra o país do Oriente Médio estampam a incompatibilidade entre a dominação das potências e a independência nacional dos países semicoloniais.

As potências concorrem para explorar, saquear e submeter politicamente os estados nacionais débeis. Trata-se de relações altamente avançadas na época de desenvolvimento imperialista do capitalismo. O entrelaçamento entre a minoria de potências com a imensa maioria de semicolônias resultou e resulta em aumento de concentração de riqueza e poder político-militar. É o que demonstra o domínio dos monopólios industriais, comerciais e financeiros sobre a economia mundial pelos Estados Unidos e seus poucos sócios menores. A lei histórica do desenvolvimento desigual e combinado está na base do funcionamento imperialista da economia mundial.

Nas situações de crise geral, como a que o mundo atravessa, avulta a necessidade da classe capitalista em proteger seus capitais aumentando a taxa de exploração do trabalho e avançando o controle econômico sobre a semicolônias. Inúmeras foram as crises pregressas que levaram as potências a reordenarem suas posições econômicas pela via do intervencionismo militar e das guerras. Eis por que têm predominado as guerras de dominação. O resultado conclui no recrudescimento da opressão nacional.

A contraposição a essa consequência estrutural se manifesta nas revoluções que impuseram a real independência nacional. As experiências do século passado deram a dimensão histórica do curso da luta de classes que coloca o objetivo estratégico de derrotar o imperialismo e as frações da burguesia nacional dos países semicoloniais que sujeitam o país aos monopólios internacionais. Nesse combate anti-imperialista e anticapitalista, destacaram a Revolução Russa na Primeira Guerra e a Revolução Chinesa na Segunda Guerra Mundial. A expropriação da burguesia pelo proletariado em aliança com os camponeses pobres e a constituição dos Estados Operários deram lugar à defesa da independência nacional em todos os continentes. Confirmou-se que a luta anti-imperialista da maioria oprimida está no âmago da revolução social, que por sua forma é nacional e seu conteúdo, internacional.

O avanço ou recuo da luta de classes pela libertação dos explorados em todo o mundo e das nações oprimidas determinam o alcance da dominação imperialista. A ofensiva geral dos Estados Unidos, sob o governo Trump, se desencadeia nas condições de profundos e amplos retrocessos, materializados pelo processo de restauração capitalista que levou ao desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e que subordinou a China à órbita do capitalismo mundial.

A Rússia se viu obrigada a invadir a Ucrânia – uma ex-Re-

pública Soviética, cujo destino é o de ser mais um país semicolonial -, cercada que estava pela OTAN. E a China enfrenta a guerra comercial. A escalada bélica se projeta em pleno vapor. Nesse marco de retrocesso e de impulso dos Estados Unidos por manter seu domínio alcançado após a Segunda Guerra, se ergue a bandeira anti-imperialista de soberania e defesa incondicional das nações oprimidas.

Trump obteve um grande êxito contra a Venezuela e agora avança sobre Cuba, de forma a eliminar completamente as conquistas da revolução de 1959. A América Latina abriga uma importante vitória dos Estados Unidos em seus propósitos de arrancar de seu caminho aquelas nações que conseguiram manter a soberania nacional à custa de pagar caro pelo cerco econômico e militar. No Oriente Médio, o Irã também arca com o brutal cerco dos Estados Unidos e do seu braço armado, o Estado de Israel. A diferença está em que tem conseguido resistir. Suas condições são mais favoráveis que as da Venezuela, tanto econômico quanto militarmente. É obrigatório apoiar todo tipo de resistência da nação oprimida.

A similaridade dos dois casos se encontra no fato de serem portadores de vastas reservas de petróleo. O imperialismo norte-americano já não pôde conter suas ações nos limites das sanções econômicas e da sufocação da vida social dos adversários que insistiram na soberania nacional. Passou, assim, ao cerco militar e à guerra.

A Venezuela escapou dos bombardeios e da invasão por terra pelo fato de o Estado e seu regime nacionalista não terem resistido ao cerco naval, que foi sendo montado desde o Caribe. O cerco econômico de anos a fio conseguiu desmoronar a economia venezuelana. O seu brutal isolamento foi possível devido à ausência de reação soberana dos países irmãos da América Latina, e, sobretudo, pelo retrocesso da luta anti-imperialista travada pelos explorados. Por si só, essa constatação reflete o quanto os países latino-americanos estão subordinados à ascendência do imperialismo norte-americano sobre o continente. A retomada do total controle do canal do Panamá em detrimento da presença dos capitais chineses sob a ameaça do intervencionismo dá a dimensão do quanto a América Latina se move tumultuadamente em meio à guerra comercial e à escalada militar.

A persistência do Irã em não desmantelar a indústria petrolífera nacionalizada e não ceder o controle do estreito de Ormuz potenciou o choque nacional com o imperialismo ianque, que impôs sua hegemonia no Oriente Médio, principalmente depois da Segunda Guerra. Muito ajudou nessa ascensão e abrangência a criação do Estado de Israel. Esse enclave é muito mais do que a cessão de países árabes à instalação de bases militares norte-americanas. Mas, o Irã encontrou apoio em países como o Iêmen, Líbano, Faixa de Gaza e Síria. O que impossibilitou que os Estados Unidos o isolassem completamente. Esse embaite se deu no terreno da longa resistência política, dos conflitos permanentes, do intervencionismo militar e das guerras civis.

A guerra de dominação dos Estados Unidos e de Israel para acabar com a soberania do povo iraniano se dá em um momen-

to de arremetida geral dos Estados Unidos para se impor mundialmente sobre as nações semicoloniais que procuram a via da independência, que não suportam as imposições dos monopólios norte-americanos e aliados. A resistência do Irã demarca a linha divisória entre a defesa nacional e a submissão nacional. O que o distingue da capitulação do regime nacionalista venezuelano destruído pela crise interna.

A ofensiva de Trump na América Latina conquistou e vem conquistando terreno não só pela subordinação da Venezuela e pelo avanço sobre Cuba, mas também pelo alinhamento ditado à maioria dos países do continente que se acham sob a direção de governos pró-imperialista. O Brasil vem sofrendo uma poderosa pressão para limitar a crescente presença da China e alargar ainda mais a influência dos Estados Unidos. O que está em questão, sobretudo, são as fontes de matérias-primas.

O governo nacional-reformista de Lula vem sendo acuado em torno à entrega das terras raras aos capitais norte-americanos. É sintomático que o governador de ultradireita do esta-

do de Goiás, Ronaldo Caiado, tomou a frente em negociar um acordo com um encarregado de negócios dos Estados Unidos. A ousadia de desconhecer o federativismo e passar por cima da União surge nas condições de endurecimento da subordinação da América Latina ao imperialismo e do recuo dos movimentos nacionalistas, que como tal se acham extenuados pelos fracassos em sustentar a soberania nacional. A ultradireita e direita burguesas se apoiam na arremetida dos Estados Unidos e na incapacidade do governo de responder para assim retomarem a condução governamental do Brasil.

Nenhum regime nacionalista, nenhum governo nacional-reformista tem como sustentar a soberania nacional nas condições de avanço da desintegração do capitalismo, de impulso da guerra comercial e de escalada bélica. Somente o proletariado, apoiado na maioria oprimida e munido do programa da revolução social pode combater o imperialismo com os métodos da luta de classes e impor a soberania nacional. Nesse marco de combate, é fundamental reunir as forças revolucionárias em torno à frente única anti-imperialista.

## Realizado o XVIII Congresso do POR

Nos dias 21 e 22 de março, realizou-se o XVIII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR). Discutiu-se e aprovou o balanço de atividades do Comitê Central, as Resoluções Internacional e Nacional. Fizeram parte das discussões e decisões as resoluções sobre a desindustrialização, o trabalho com a juventude e a crise climática. Foram discutidos também os balanços de atividades das regionais. O Congresso concluiu com a aprovação por aclamação do Manifesto.

Estiveram presentes membros da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, das seções boliviana e argentina. Não teve como comparecer a seção chilena. Pela primeira vez um Congresso do POR contou com a presença de uma outra organização que encarna as tradições do marxismo-leninismo-trotskismo, que está empenhada na tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O

Comitê de Enlace e a Liga Comunista Internacional (Quarta Internacionalista) se aproximaram e vêm discutindo com o método da crítica e autocrítica a possibilidade de avançar conjuntamente no terreno da luta pela reconstrução da IV Internacional. Essa aproximação permitiu que se fortalecesse a confiança e a lealdade no sentido de poder participar no Congresso do POR. Foi concedido o direito à palavra.

Na abertura do Congresso, foi apresentado o décimo oitavo livro “Crise Mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos” (“Em defesa das nações oprimidas, constituir a frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária e orientada pelo programa da revolução social”).

O Congresso se iniciou com a apresentação do décimo oitavo livro do POR e saudações, que transcrevemos abaixo.

## Apresentação do livro “Crise Mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos”

“Camaradas, este é o 18º livro do POR. Nós fizemos um esforço monumental para o livro estar hoje aqui. Ontem, o recebemos da gráfica.

Para nós, tem uma importância particular o seu lançamento no Congresso. Fizemos um enorme esforço para que as ideias revolucionárias, o programa, a teoria, as bandeiras, a intervenção na luta de classes venham a se constituir como um sistema de ideias. O marxismo, como ciência, constitui um sistema de ideias. Não são apenas ideias conjunturais, não são ideias fragmentadas e não são bandeiras soltas que se levantam neste ou naquele momento, mas são formulações que constituem um sistema, que é o socialismo científico. A grande herança que temos é justamente o que Marx e Engels nos deixaram, que é o socialismo científico. E foi essa nossa fonte inspiradora para preservar o método de formulação das ideias no processo prático da luta de classes. Este livro é uma expressão da construção do POR no processo prático de intervenção.

Por isso, qualquer corrente pode vir debater com o POR.

Tivemos de fazer uma corrida para publicar este livro. Prevididos pelo agravamento da luta de classes, pelas guerras, pelos acontecimentos na Venezuela e depois no Irã. O livro estava sendo

**LANÇAMENTO!** Adquirir já com o distribuidor do Massas.

**CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIÓNISMO DOS ESTADOS UNIDOS**

**R\$ 40**



O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.

organizado antes de os Estados Unidos invadirem a Venezuela, antes de os Estados Unidos iniciarem a guerra contra o Irã. Os camaradas poderão ler na trajetória do livro e verificar que o POR já havia dito que iria acontecer assim. E não por meio do subjetivismo, mas pela análise objetiva das tendências da crise do capitalismo que estavam indicando que o imperialismo estava indo para um curso de guerra generalizada. Os camaradas poderão verificar nas páginas deste livro os vários momentos da crise no Oriente Médio, onde está dito, inclusive, em matéria de 2024, que a guerra dos Estados Unidos e do Estado sionista de Israel contra o Irã era praticamente certa. Não era absolutamente certa, mas a possibilidade era grande.

E por que isto? Porque o POR acompanha dia a dia, passo a passo, o processo de desintegração do capitalismo e a imersão da barbárie social. E luta agarrado à necessidade de construir o partido como instrumento de reconstrução da Quarta Internacional. Aí está o nosso dever, junto ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui), de fazer com que o POR chegue a ser um partido do proletariado brasileiro, na sua luta por derrubar o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês, como expressões da revolução proletária, como expressões da ditadura do proletariado.

Então, essa tarefa significa sair do caráter embrionário do partido para um partido desenvolvido no seio do proletariado. Esse

caráter embrionário não é estático. O desenvolvimento de uma corrente embrionária se verifica em seu programa, em sua construção como partido-programa. Constrói-se como partido-programa vinculado à classe operária. O nosso partido tem feito um esforço monumental para estar vinculado à classe operária. Todos os camaradas aqui sabem o empenho do Boletim Nossa Classe, da importância da intervenção no movimento operário, na luta dos sindicatos e em todas as camadas sociais oprimidas. Inclusive na pequena burguesia, onde expressamos a política do proletariado, seja nas universidades, seja nas escolas. A política do proletariado tem de estar nos sindicatos de professores, nos sindicatos onde prevalecem as camadas da pequena burguesia. Taduzimos, em cada circunstância e em todas as camadas sociais, a política do proletariado.

Camaradas, este livro, o nosso décimo oitavo livro, deve ser estudado por todos militantes. E que lutem para que essa arma ideológica do marxismo chegue aos operários. Que se faça um esforço para que a propaganda revolucionária prepare as condições para a transformação do partido embrionário em um partido dirigente do proletariado. Esse é o significado deste livro, esse é o nosso trabalho.

*Viva o XVIII Congresso do POR!*

## **Início do Congresso**

### **Saudação do camarada Vando ao XVIII Congresso do POR**

Camaradas, delegados presentes no XVIII Congresso do POR, lhes dirijo esta pequena saudação em um momento especialmente importante da luta de classes que se desenvolve em nível mundial, onde a classe operária ainda seguindo órfã de sua direção revolucionária busca se enfrentar à escalada das guerras reacionárias realizadas pelo imperialismo contra a humanidade.

Essa escalada tem seu ápice na guerra contra o Irã. Guerra esta que é mais um passo preparatório do imperialismo ianque para se enfrentar à China, ao mesmo tempo que procura esmagar as conquistas operárias, dismantelar suas organizações em todo mundo e destruir fisicamente parcelas significativas e fundamentais das forças produtivas da economia capitalista: a própria classe operária, os meios de produção, e incluindo aí a natureza. É a escalada do aprofundamento da barbárie em oposição à Revolução Proletária e à Reconstrução da IV Internacional. Nunca nos esqueçamos disso!

As Resoluções apresentadas a este Congresso, com as quais tenho absoluto acordo, serão debatidas por vocês, emendadas e melhoradas, atualizadas. Sob as regras expressas em nosso Regimento Interno, sob a luz de nosso Programa, nos baseando no Internacionalismo Proletário, saberemos enfrentar as dificuldades e barreiras impostas pela burguesia, nos ligando e ajudando a organizar a vanguarda operária, a juventude, as guerreiras operárias e seus filhos, que são parte constitutiva da luta pelo Comunismo.

Minhas condições de saúde não me permitiram estar aí presente. Tenho a certeza que darão neste Congresso um enorme passo adiante.

Viva o XVIII Congresso do POR!

Viva o CERQUI!

Combater e construir a Frente Única Anti-imperialista. Abaixo o Imperialismo e suas guerras!

### **Saudação do POR argentino ao XVIII Congresso do POR Brasil**

Da Argentina, saudamos o XVIII Congresso do POR Brasil, que está sendo realizado nas condições de extremo agravamento da crise mundial, com o feroz ataque dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, que se espalha para outros países. É a continuidade do genocídio do povo palestino, o bombardeio e sequestro do presidente Maduro na Venezuela, a ocupação do Canal do Panamá, o bloqueio criminoso a Cuba, as ameaças à Groenlândia, México, Colômbia, é a continuidade da política agressiva de tarifas lançada no ano passado. O imperialismo está esgotado e os EUA buscam impor sua hegemonia pela força, pisoteando a soberania nacional, violando a autodeterminação nacional, pisoteando formas democráticas, até mesmo dentro de seu próprio país, destruindo massivamente forças produtivas. A barbárie avança como resultado da decomposição capitalista, guerras, ataques aos direitos, aumento do desemprego e insegurança no emprego, migração e fome.

Neste contexto, emerge dramaticamente a necessidade de re-

construir a Quarta Internacional como o Partido Mundial da Revolução Socialista, para dar expressão consciente à rebelião das massas que está se desenvolvendo, sob a estratégia da revolução e da ditadura do proletariado, do socialismo, do comunismo. É necessário erguer a frente única anti-imperialista em nossos países, unificando as massas oprimidas sob a direção da classe operária sob uma perspectiva anticapitalista.

O trabalho realizado por 3 meses conclui com este Congresso, colocando em destaque as tarefas correspondentes a esse desafio histórico, que é a construção da direção revolucionária, o Partido-Programa e a Internacional.

**VIVA O XVIII CONGRESSO DE POR!**

*Com fraternais saudações revolucionárias.*

R. Basko

*Partido Operário Revolucionário da Argentina*

## Saudação do POR boliviano ao XVIII Congresso do POR Brasil

O agravamento da crise capitalista mundial, expresso na aceleração das tendências belicistas promovidas pelo imperialismo, manifesta-se no ataque dos EUA e de Israel ao Irã, um conflito que ameaça se espalhar para outros países. Na América Latina, o sequestro do presidente Maduro na Venezuela, a ocupação do Canal do Panamá, o bloqueio criminoso de Cuba, as ameaças contra a Groenlândia, México, Colômbia e o realinhamento dos governos burgueses que apoiam sem sucesso a estratégia dos EUA mostram que o imperialismo norte-americano decidiu recuperar o espaço perdido para a China na guerra comercial e busca impor sua hegemonia pisoteando à força a soberania nacional, violando a autodeterminação nacional, pisoteando formas democráticas, até mesmo dentro do próprio país, destruindo massivamente forças produtivas. A barbárie avança como resultado da decomposição capitalista.

Diante do agravamento da crise, a classe operária e as massas oprimidas do mundo não estão mais dispostas a aceitar que a crise seja descarregada sobre seus ombros e resistem utilizando os meios e direções à sua disposição. Nesse cenário, nossa resposta é convocar as massas a criarem a Frente Única Anti-Imperialista sob a direção do proletariado e sua estratégia. Hoje, mais do que nunca, é evidente a necessidade de enfrentar a crise da direção

revolucionária e reconstruir a Quarta Internacional como o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A experiência na construção do POR do Brasil, como um partido estruturado em torno de um programa que expressa a estratégia do proletariado a partir das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e que busca dar expressão política consciente à rebelião do proletariado e das massas oprimidas, é a confirmação mais ampla e completa das conclusões do CERQUI sobre o caminho que devemos seguir para formar verdadeiros partidos revolucionários, capazes de dirigir os explorados de seu país por trás da estratégia da revolução e ditadura do proletariado, do socialismo, do comunismo. Assim, com os partidos-programa enraizados na classe operária e nas massas de seu país, avança a verdadeira solução para o problema da crise da direção e a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista (Quarta Internacional)

**VIVA O XVIII CONGRESSO DE POR!**

*Com o punho erguido, saudações revolucionárias.*

*Ulisses*

*Partido Operário Revolucionário da Bolívia*

## Saudações da LCI ao XVIII Congresso do POR do Brasil

Prezados camaradas,

A Liga Comunista Internacional envia saudações fraternas e internacionalistas ao XVIII Congresso do POR. Nossa organização, que possui 11 seções nacionais em metrópoles imperialistas e em alguns poucos países oprimidos, agradece o convite para participar de seus debates. O CERQUI e a LCI concordam que é crucial a luta por uma direção comunista que lidere o combate contra o imperialismo pela vitória da libertação operária e nacional dos países oprimidos, em oposição às forças nacionalistas. O fato de a LCI apoiar esse pilar do bolchevismo é resultado de uma profunda reorientação política que iniciamos há alguns anos.

Vosso Congresso ocorre neste período de reação e ataques contra a classe operária internacional. Após décadas de relativa estabilidade, o mundo está em uma espiral descendente em que o imperialismo norte-americano age com brutalidade crescente para manter sua hegemonia. Em seu próprio território, mata aqueles que se opõem às operações anti-imigrantes do ICE. Junto com os sionistas, devasta Irã, Palestina e Líbano. A nível regional, reafirma sua dominância sobre a América Latina. O CERQUI e a LCI concordam em defender Venezuela, Cuba e Irã. Ao contrário da maioria da esquerda, lutamos pela liberdade de Maduro como um aspecto fundamental na luta contra o imperialismo.

Nestas condições, a tarefa central da classe operária é travar lutas defensivas. A esquerda não pode enfrentar essa situação permanecendo nos polos tradicionais que a fizeram fracassar. Por um lado, subordina-se às forças nacionalistas sob o argumento de combater o imperialismo e a direita, e, por outro, recusam-se a defender a soberania nacional, afirmando que isso necessariamente levará à colaboração de classes. Em ambos os casos, deixa a direção da luta nas mãos da burguesia nacional.

Para que uma direção comunista possa unificar as massas do continente, concordamos que é essencial usar a tática da frente única anti-imperialista. Para torná-la realidade, achamos necessário enfrentar os obstáculos que desarmam os operários e camponeses. No México, por exemplo, a presidente Sheinbaum semeia ilusões na ONU e na diplomacia internacional. Ajuda a reforçar uma sensação de impotência de que Trump não pode ser combatido, semeando a ilusão de que, cedendo cada vez mais, ele poderia ser apaziguado. Para criar um polo anti-imperialista disposto a lutar, é necessário confrontar e expor essa política que acaba reforçando a subordinação e oferecer uma alternativa operária independente.

Como o POR corretamente aponta, o conflito entre os EUA e a China condiciona o período atual. Achamos que precisamos deixar claro que o imperialismo dos EUA é o principal agente do caos e da miséria no mundo. Diante dessa situação, os trotskistas devem defender a China. Ao mesmo tempo, é crucial combater a burocracia, cuja política de tentar desenvolver o país em um sistema mundial dominado pelos EUA socava a defesa do país e do proletariado mundial.

Concordamos que é urgente reconstruir a Quarta Internacional. Para alcançar isso, consideramos o debate e o esclarecimento político essenciais, especialmente quando vemos que uma grande parte da esquerda está desorientada. A perspectiva da LCI é trabalhar por um realinhamento político na esquerda internacional. Devemos tentar reagrupar os elementos verdadeiramente revolucionários que agora estão espalhados em várias organizações devido à casualidade e à falta de clareza. Esperamos que o Congresso seja bem-sucedido e que nossa participação contribua para a tarefa de ampliar o trabalho entre nós. Pela reconstrução da Quarta Internacional! Saudações internacionalistas!

*20 de março de 2026*

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



## Encerramento do Congresso

Finalizadas as discussões e as votações do Congresso, abriu-se para um pronunciamento dos representantes do CERQUI e da LCI. O Manifesto foi lido por um dos camaradas, que de punhos cerrados o aprovaram por aclamação. Todos de pé cantaram o Hino da Internacional e saudaram o Congresso com o grito: Viva o XVIII Congresso do POR! Viva o Internacionalismo proletário!

Abaixo publicamos o Manifesto.

### Manifesto do Partido Operário Revolucionário

## **XVIII Congresso**

### *À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida*

Encerramos o XVIII Congresso reforçando o objetivo de impulsionar a construção do POR no interior da classe operária que constitui a força motriz da revolução social e de concentrar esforços na tarefa histórica de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Em todo o mundo, os explorados se veem diante da necessidade de se organizar, se mobilizar massivamente e se levantar em defesa das condições mais elementares de existência. As forças produtivas do capitalismo há muito criaram os meios materiais para resolver a miséria e a fome e para superar o atraso econômico da imensa maioria dos países semicoloniais. Contraditoriamente, a pobreza, a miséria e a fome que sacrificam milhões de seres humanos continuam sendo reproduzidas e ampliadas.

O precipício que separa o pequeno número de países altamente desenvolvidos da imensa maioria dos países atrasados não só se mantém como se aprofunda ainda mais. As leis de funcionamento do sistema capitalista de produção e distribuição continuam a elevar o alto grau de concentração de riqueza em poder de uma oligarquia burguesa e a potenciar o crescimento da pobreza e da miséria.

Em todo o ciclo de avanço científico e tecnológico, ocorrem contundentes mudanças no interior da força de trabalho. Resguardadas as devidas particularidades, em geral as massas trabalhadoras se veem diante do desemprego e subemprego. A tendência é de redução salarial para a maioria. Esse fenômeno alcançou proporções extraordinárias que resultam em barbárie social.

Com a automação, chegou-se ao auge da subordinação da força de trabalho ao maquinário. A antiga divisão capitalista do trabalho se acha esgotada e volta-se destrutivamente contra a vida da maioria trabalhadora. As contrarreformas que vêm sendo impostas em toda a parte concluem em eliminação de conquistas do movimento operário. A burguesia que gerencia o grande capital se utiliza da vasta reserva de força de trabalho para alterar velhas relações trabalhistas. Age no sentido de reduzir o valor da mão-de-obra. A mutilação da força de trabalho se manifesta como a mais alta expressão do curso da barbárie imperante em meio à civilização capitalista.

A defesa das conquistas dos explorados e o combate às contrarreformas orientam a luta do proletariado contra o desemprego, subemprego, terceirização, informalidade, baixos salários, miséria, fome e toda sorte de discriminação e enfermidade social. De conjunto, esses ataques e essas condições de existência da maioria oprimida reforçam a comprovação marxista de que o capitalismo há muito não comporta reformas progressivas. Ou a classe operária e os demais explorados reagem com seu programa e seus métodos próprios de luta, ou a barbárie social continuará sendo impulsionada pela política dos Estados burgueses. Eis por que a

luta de classes tende a se agravar em todo o lugar, de acordo com as particularidades de cada país.

É inevitável que os oprimidos reajam instintivamente em defesa dos empregos, salários e direitos. Que condenem as contrarreformas. Que se voltem contra os governantes. E que se revoltem diante das catástrofes sociais. O problema, portanto, de como responder à barbárie capitalista não está na luta de classes, mas sim na crise histórica da direção do proletariado. Essa premissa do “Programa de Transição para a Revolução Socialista”, da IV Internacional se impõe no atual momento de decomposição do capitalismo.

O XVIII Congresso do POR se assenta na compreensão de que a tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de estar à frente dos combates dos explorados. É a de empunhar as reivindicações mais elementares que os unem contra a classe capitalista e seu Estado e a de dirigir o combate das massas ao programa da revolução social.

As resoluções sobre a situação internacional e nacional acabavam de ser redigidas, quando em 3 de janeiro as forças militares norte-americanas atacaram a Venezuela e sequestraram o seu presidente, Nicolás Maduro. Em seguida, os Estados Unidos e Israel, em 28 de fevereiro, retomaram a guerra contra o Irã, que tinha se iniciada em junho de 2025. Também em fevereiro, o Paquistão se declarou em guerra com o Afeganistão. A guerra na Ucrânia, por sua vez, completava quatro anos, em fevereiro e a invasão de Israel à Faixa de Gaza passava mais de dois anos.

Os Estados Unidos são os principais responsáveis por essas guerras. Somente no seu primeiro ano de governo, Trump autorizou bombardeios em sete países, incluindo a Síria, Iraque, Nigéria, Iêmen e Somália. As guerras, os bombardeios e as ameaças de intervenção por parte dos Estados Unidos expõem o avançado estágio de decomposição do capitalismo e a necessidade do imperialismo de aumentar o seu controle em todos os continentes.

A partilha do mundo e a reconstrução econômica resultantes da Segunda Guerra Mundial se esgotaram e deram lugar à renhida guerra comercial e à escalada militar. A eleição de Trump refletiu a debilidade do governo do democrata Biden em recrudescer a guerra comercial com a China e impor condições à Rússia de forma a ceder terreno à penetração dos capitais imperialistas na Eurásia.

Os Estados Unidos impulsionaram as tendências da crise na Europa e no Oriente Médio. Mas foi com a eleição de Trump que a maior potência decidiu abertamente sustentar sua hegemonia combinando o poder econômico com o poder das armas. Ao dar a supremacia ao poderio bélico, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de desmoralizar a ordem do pós-guerra. Assim se passa porque sua economia já não pode ser o carro-chefe do mercado mundial, seu declínio avança em ritmo mais acelerado e está

no epicentro da decomposição do capitalismo. A guerra comercial desfechada por Trump abriga a preparação do enfrentamento militar com a China.

Nesse marco, os Estados Unidos utilizaram o choque do Estado sionista de Israel com os palestinos para chegar à guerra contra o Irã e arrastar o Oriente Médio para tamanha conflagração. Há sinais de que uma nova crise do petróleo acirrará os antagonismos entre os países e recrudescerá os ataques da burguesia às condições de existência da maioria explorada. Os incessantes bombardeios ao Irã e a retomada da invasão ao Líbano pelas Forças de Defesa de Israel estão prestes a completar um mês e, tudo indica, que a destruição e a carnificina desfechadas pelo imperialismo serão ainda maiores, caso o Irã e o Líbano não sejam defendidos pela classe operária e pelos demais explorados.

A resistência do Irã se apoia na projeção da crise mundial alimentada pela crise energética. Os seus reflexos já se fazem sentir como um peso na economia norte-americana. Trump exige que as potências europeias e a própria China apoiem militarmente o objetivo do imperialismo de quebrar a resistência iraniana. Está claro que os Estados Unidos e Israel não atingirão o objetivo de derrubar o regime nacionalista da República Islâmica. Vão fazer de tudo para alcançar uma avassaladora destruição da economia iraniana. O que resulta em comprometer as condições de existência da classe operária e de milhões de iranianos que vivem do trabalho.

O imperialismo impõe suas condições de dominação escalando a barbárie social. Inevitavelmente, tal consequência atingirá o Oriente Médio como um todo. Já não há país que não esteja enfrentando os tremores dos choques provenientes dos interesses das potências, tal é o grau de interdependência estabelecida entre as economias nacionais.

O cerco naval e aéreo montado pelos Estados Unidos à Venezuela e a invasão do país sempre esteve claro que não era apenas um ataque aos venezuelanos, mas à América Latina. O controle da riqueza petrolífera pelo imperialismo imediatamente foi utilizado para sufocar ainda mais Cuba. Está em curso uma operação destinada a derrubar o regime castrista que com grandes dificuldades consegue subsistir. O rompimento da aliança do governo nacionalista da Venezuela com Cuba se fez por meio da imposição armada.

Trump movimentou o poderio do imperialismo norte-americano para derrubar o que resta de governos nacional-reformistas na América Latina. Arregimenta uma aliança contra a penetração econômica da China no continente. A mais nova invenção de Trump é

a de qualificar o tráfico de drogas como narcoterrorista, para assim ter uma justificativa ao intervencionismo militar.

O Brasil deve se manter na órbita histórica dos ditames do capitalismo norte-americano. É estratégico tanto como mercado quanto fonte de matérias-primas, destacando como um grande possuidor de terras raras. A guerra comercial vem sendo utilizada para levar o país a limitar ao máximo suas relações com a China. A burguesia brasileira sempre foi e continua sendo servil ao imperialismo norte-americano. Nisso reside a limitação do governo Lula em se abrigar sob a bandeira de soberania nacional. Não pode se apoiar nas massas para reagir aos ataques dos Estados Unidos. As ilusões sobre as possibilidades de realizar reformas progressivas se esvaziaram. A política dominante é ditada, em última instância, pela direita e ultradireita que se assentam nos poderes oligárquicos da federação.

O fracasso do reformismo petista acaba por favorecer o poder da burguesia nacional sobre a maioria oprimida. Ao conter a luta da classe operária e desviá-la para a democracia oligárquica, os reformistas atrasam a confluência dos instintos de revolta com seu programa próprio de reivindicação e com a estratégia da revolução social. Uma das maiores contribuições do PT e aliados à classe capitalista foi a de terem elevado a estatização dos sindicatos ao ponto mais alto da conciliação de classes. A burocracia corrompida pela política burguesa praticamente eliminou a democracia sindical. Grande parte da classe operária foi afastada e marginalizada de suas organizações. A tarefa de arrancar os sindicatos do controle da burocracia conciliadora faz parte da luta pela independência de classe do proletariado.

O XVIII Congresso avalia como um grande acerto a posição do POR de desenvolver no seio dos explorados a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula, defendendo o programa próprio de reivindicações, mostrando o caminho da unidade operária, impulsionando a ação direta e indicando a estratégia da revolução social, que se concentra na luta pela constituição de um governo operário e camponês. É com essa linha que o POR vem propagandeando e agitando as bandeiras anti-imperialistas de defesa das nações oprimidas e combatendo as guerras de dominação.

Com este Manifesto, o POR mostra aos explorados a necessidade de fortalecer o seu partido proletário no Brasil e de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!**

22 de março de 2026

**LANÇAMENTO**

**R\$10**

**Adquira com o distribuidor do jornal Massas:**

**Funcionários de escola e a política de independência de classe**

Corrente Proletária  
Funcionários de escola



Manifestação em novembro de 2021 contra governo Dória, na Praça da Sé

**MASSAS** **POR**  
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**LANÇAMENTO**

**R\$5**

**Adquira com o distribuidor do jornal Massas:**

**Leon Trotsky**



**Contra o estalinismo restauracionista, em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

Folheto - Vol. 3  
Escritos de 1929-1930

**MASSAS** **POR**  
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

## XVIII Congresso do Partido Operário Revolucionário

Logo mais, as resoluções aprovadas serão publicadas integralmente na forma de folheto. Neste número do Jornal Massas, extraímos as formulações que constituem os fundamentos das teses. A resolução sobre a situação internacional é constituída de sete partes. De cada uma delas, foram retiradas algumas passagens. Não mantivemos a enumeração, de maneira a expor a ligação das premissas e conclusões. A resolução internacional abriu a rica discussão e a rigorosa votação pelos delegados.

# Projeto de Resolução Internacional

*Escrita em 29 de dezembro de 2025*

Desde a década de 1970, a situação mundial tem sido marcada por uma série de crises econômicas e militares. Suas características e ritmos variam de acordo com o momento e a gravidade dos choques internos e externos nos países, principalmente nas potências imperialistas. As iniciativas tomadas desde os Estados Unidos em confluência com os países europeus e o Japão determinaram o ritmo e a durabilidade das etapas que conformaram e conformam o caráter da crise geral desde o fim da Segunda Guerra Mundial. (...)

Os fatores e os acontecimentos mais recentes - a guerra na Ucrânia, os abalos no Oriente Médio provocados pelas ações militares de Israel e Estados Unidos na região e, agora, o cerco norte-americano à Venezuela - demonstram que a tendência é de avanço da crise impulsionada pela escalada bélica. A particularidade em relação aos períodos anteriores, que cobrem as quase quatro décadas em referência à hecatombe econômica de 2008-2009, se manifesta no confronto dos Estados Unidos com a China. (...)

O retorno de Trump à Casa Branca, 2025, ocorreu no momento em que a conjunção dos fatores e acontecimentos da crise mundial se elevava a um patamar de guerra comercial mais ofensiva, de prolongamento da guerra na Ucrânia e de projeção em todo o Oriente Médio do intervencionismo do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza. (...)

A orientação de Trump voltada ao protecionismo e à preparação da guerra com a China vem provocando choques internos entre as frações burguesas norte-americanas. A Casa Branca combate a resistência dos democratas e mesmo de uma parcela minoritária dos republicanos impondo uma ultracentralização ditatorial. A crise política estremeceu os pilares da democracia em 6 de janeiro de 2021, quando os trumpistas procuraram anular a vitória de Biden, ocupando o Capitólio. Os fracassos do governo Biden em conduzir a guerra comercial com a China e a volta de Trump ao poder acumularam as contradições que vêm há muito minando as relações políticas nos Estados Unidos. (...)

Nesse marco, o prolongamento da guerra na Ucrânia, o avanço militar da Rússia e os limites da OTAN em não ir às últimas consequências na confrontação com o Kremlin impulsionaram uma mudança de linha na política exterior norte-americana. O programa protecionista de Trump implica reordenar as forças de intervenção externa e concentrá-las no objetivo de derrocar a China. Essa mudança, porém, esbarra no agravamento da economia e na potenciação dos embates políticos internos. O governo republicano se vê premido a pisotear o federalismo e impor um centralismo militar-policial. Nota-se no governo Trump traços fascizantes. As dificuldades de cumprir a meta de limpar os Estados Unidos dos imigrantes e reforçar a tradição racista da burguesia norte-americana se refletem na condução das diretrizes exteriores. No fundamental, as ações governamentais se voltam contra as massas e impulsionam as revoltas instintivas. (...)

Os Estados Unidos, sob a direção de Trump, consideram que a Europa precisa passar por uma grande reforma que lhe permitiria reagir ao seu declínio econômico. Tais mudanças seriam estratégicas porque dependem de acatar a orientação norte-americana. No fundo, o Estado norte-americano dita ordens para que haja uma mudança de orientação econômica em relação à China. Em sua cruzada, é inconcebível que os países europeus e a própria União Europeia continuem dirigindo seus esforços para manter seus alicerces fincados na China. Alerta a burguesia europeia e a maioria de seus governos de que está ocorrendo o que já se passou com os Estados Unidos há algumas décadas. Os Estados Unidos exigem do imperialismo europeu uma aliança substancial para derrubar o crescente poderio chinês. Objetivo estratégico difícil de realizar, uma vez que a economia norte-americana também regrediu e está em declínio, não podendo arcar com a posição ocupada após a Segunda Guerra, a reconstrução europeia e a edificação da OTAN. (...)

A ocupação militar da Ucrânia se deu nas condições extremas de defesa da sobrevivência da Rússia como um poder regional. Ou se defendia com a capacidade econômica e militar herdada da ex-URSS, ou se transformava em uma semicolônia do imperialismo. Devido à proteção do armamento nuclear, a Rússia pôde enfrentar a ofensiva da aliança imperialista sobre a Ucrânia e Geórgia. A ação militar no território ucraniano colocou, objetivamente, a possibilidade de uma guerra estendida para a Europa. Foi contida nas fronteiras da Ucrânia e Rússia precisamente porque o imperialismo não estava preparado para uma guerra que arrastasse toda a Europa e abrisse caminho para uma terceira guerra mundial. (...)

A guerra na Ucrânia não foi e não é uma guerra de libertação e autodeterminação nacionais. Os interesses da Rússia são essencialmente capitalistas. Esses interesses condicionados pela oligar-

### LANÇAMENTO!

## INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



quia burguesa à qual responde o governo Putin obrigam a Rússia a manter sob sua guarda as ex-repúblicas soviéticas, que, por sua vez, têm sido absorvidas em parte pelas potências imperialistas. Eis por que a Ucrânia se tornou uma bucha de canhão no terreno das disputas territoriais. O desabamento da URSS restabeleceu os choques entre nacionalidades nas condições de desintegração do capitalismo e de uma nova etapa de ofensiva imperialista. (...)

É sintomático que não se tenha levantado um movimento a partir da Europa pelo fim do cerco da OTAN à Rússia, contra as brutais sanções ditadas pelo imperialismo norte-americano; pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia. O que levaria à retirada das tropas russas da Ucrânia. Essa resposta proletária somente poderia se dar no terreno da luta de classes contra o imperialismo estadunidense e europeu e pela retomada das conquistas da Revolução de Outubro, portanto, das bases soviéticas e socialistas, contrapostas à restauração capitalista e ao domínio da Rússia burguesa sobre as débeis ex-repúblicas soviéticas. Somente uma direção proletária que encarnasse o programa da revolução social poderia desenvolver uma linha própria diante da guerra.

Os quatro anos de guerra mostram a tarefa estratégica de unir a classe operária e os demais trabalhadores sob o programa da revolução social. A unidade proletária contra a guerra é uma unidade contra o cerco imperialista à Rússia, em primeiro lugar. O que permite sustentar a bandeira revolucionária de paz sem anexação, pela autodeterminação e por uma Ucrânia operária, camponesa e soviética. (...)

A paz dos cemitérios de Trump não resultou em estancamento da matança na Faixa de Gaza. O acordo de cessar-fogo, oficializado em 13 de outubro de 2025, objetiva desarmar o Hamas e estabelecer uma governabilidade nessa região a despeito e por cima dos palestinos, que suportaram heroicamente dois anos de ataques. O pressuposto de retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza ficou na dependência da disposição do Estado sionista, que aproveitou a operação militar do Hamas em solo israelense, em 7 de outubro de 2023, para avançar decisivamente na sua estratégia histórica de anexar tanto a Faixa de Gaza quanto a Cisjordânia. (...)

A tendência é de continuidade do genocídio. Trump procura impor seu acordo por cima de uma pilha de cadáveres, sem que os palestinos estejam livres da anexação. O Estado sionista aproveita a situação ímpar favorável à ocupação territorial. O esmagamento da resistência armada dirigida pelo Hamas visa a soterrar os mais de setenta anos de combate dos palestinos por sua autodeterminação e reconquista da Palestina. (...)

As guerras de intervenção no Golfo Pérsico e no Iraque marcaram profundamente a hegemonia norte-americana na região. Os Estados Unidos estão presentes e alimentam as guerras civis e os antagonismos de nacionalidades. Entre esses acontecimentos, ressaltam o intervencionismo na guerra civil da Síria e do Iêmen. A dominação imperialista se escora nas divisões nacionais e nos conflitos de tendências nacionalistas. O Irã emergiu como um dos polos dos desequilíbrios no Oriente Médio. Os Estados Unidos aproveitaram a guerra entre dois regimes nacionalistas – Irã e Iraque – para ampliar sua penetração militar em toda a região. Sufocaram o nacionalismo árabe e estabeleceram alianças que têm em seu centro o reconhecimento do Estado de Israel e a anulação da resistência conjunta ao avanço da anexação na Palestina. (...)

O acordo da paz dos cemitérios reflete não só a quebra da capacidade do Hamas, o cansaço dos palestinos de Gaza e o avanço da

colonização da Cisjordânia, mas também o enfraquecimento geral das forças antissionistas e de resistência ao imperialismo norte-americano. As vitórias dos Estados Unidos e de Israel levaram ao arrefecimento do movimento internacional e regional contrário ao genocídio, pelo fim da intervenção na Faixa de Gaza e pelo direito à autodeterminação do povo palestino. (...)

Permanece em pé a defesa da autodeterminação do povo palestino. O que implica lutar contra a paz dos cemitérios de Trump e as medidas de anexação que estão sendo organizadas pelas potências imperialistas, incluindo aquelas que em palavras reconheceram o Estado palestino. Não há como os Estados Unidos com seu “Acordo de Abraão” equilibrarem as relações econômicas, militares e políticas no Oriente Médio. Não se pode negar a possibilidade de altos e baixos, mas no geral a região continuará convulsionada. A bandeira de dois Estados não tem como ser hasteada e se acha esfarrapada. (...)

O destino do povo palestino é o de lutar por uma República Socialista da Palestina, como parte do programa revolucionário dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. As massas judias inconscientes do significado histórico do sionismo, pela falta de um partido proletário, revolucionário, marxista-leninista-trotskyista, acabarão por reconhecer que Israel vem praticando o genocídio e sua burguesia servindo aos interesses dos Estados Unidos e aliados. O mesmo problema atinge os explorados palestinos, que têm de confluir suas duras e ricas experiências com a tarefa de construir o partido da revolução social, que tem em seus fundamentos o fim de toda a opressão nacional.

A América Latina se encontra sob intervenção militar dos Estados Unidos. Trump mostrou aos governos latino-americanos que recorre à Doutrina Monroe, de 1823, para “reafirmá-la e aplicá-la” no sentido de “restaurar a preeminência americana no Hemisfério Ocidental” e assim proteger seu país dos concorrentes e garantir “os interesses de segurança americanos”. Os primeiros passos da ofensiva foram com as aberrantes taxações, que atingiram mais duramente o Brasil e o México. Essa medida, na realidade, foi dirigida contra a maioria dos países, incluindo o bloco da União Europeia. (...)

A decisão de Trump de deslocar o porta-aviões USS Gerald R. Ford para o mar do Caribe, enviar uma força de intervenção terrestre e montar bases em países próximos à Venezuela representa um perigo para a América Latina de conjunto. Os Estados Unidos usam a Venezuela como ponto de apoio para reviver a Doutrina Monroe sob novas condições da crise mundial. Basta ver que suas primeiras iniciativas incluíam ordens contra o México e o Panamá. O seu programa de anexações abrange os países vizinhos e a Groelândia. Abriu-se um espaço de ações militares que trazem à tona a história de ocupações territoriais na América Latina, derrubada de governos e mudanças de regime político. (...)

O que está em questão para o imperialismo não é o regime político, nem o governo e nem o processo eleitoral, mas sim a necessidade imperiosa dos Estados Unidos eliminarem o que resta de estatização e nacionalização dos recursos naturais venezuelanos. Mais importante ainda é o alinhamento do governo nacionalista à penetração econômica da China na América Latina, uma vez que a Venezuela detém a maior reserva petrolífera mundial e a conserva nacionalizada. Sem dúvida, Xi Jinping tem interesse e condições de reestruturar a indústria petrolífera venezuelana. A possibilidade de Trump ordenar a intervenção militar na Venezuela está posta. (...)

O plano intervencionista de Trump, suas manobras em torno à guerra na Ucrânia e a matança na Faixa de Gaza, bem como agora a ofensiva na América Latina, expõem o caráter geral da crise capitalista e suas tendências destrutivas, que recaem sobre as nações indefesas e a maioria oprimida. Resguardando as diferenças, as suas manifestações arrastam o continente africano historicamente mergulhado no atraso, na miséria de sua população e nos conflitos e guerras constantes. Os Estados Unidos exerceram poderosa influência com suas multinacionais e o capital financeiro, tendo de enfrentar os movimentos de independência nacional e os próprios interesses dos países europeus colonizadores. Em solo africano, houve o embate do imperialismo com a URSS que apoiava os movimentos de emancipação nacional. Na atual situação, os Estados Unidos se deparam com o aumento extraordinário da influência da China e, em certa medida, da própria Rússia. A França e a Inglaterra se ressentem da perda de espaço econômico e político.

As fontes de matérias-primas estão na base das guerras civis, influenciadas e alimentadas pelo capital externo, principalmente norte-americano e europeu. Destacam-se a mortífera guerra no Sudão e a continuidade dos embates na região africana do Sahel. Trump promoveu um acordo de cessar-fogo na longa guerra entre República Democrática do Congo e Ruanda. Em seguida, os Estados Unidos bombardearam posições do movimento islâmico na Nigéria, país este mergulhado na extrema pobreza e nas divisões religiosas. (...)

A instabilidade em várias regiões no continente asiático se manifesta na emersão de conflitos de Estados, adormecidos ou mal resolvidos, como a confrontação militar entre a Tailândia e Camboja; Índia e Paquistão; Azerbaijão e Armênia; Coreia do Sul e Coreia do Norte. A pendência de Taiwan com a China comparece como vulcânica na Ásia Oriental. Os Estados Unidos exploram as dissenções históricas para estabelecer alinhamentos e impulsionar as tendências bélicas. A crescente instabilidade na Ásia Oriental explica o fato do Japão ser instado ao rearmamento claramente dirigido à China. Trump se arvorou como pacificador nos conflitos entre Azerbaijão e Armênia; Camboja e Tailândia; Paquistão e Índia, quando promove a escalada militar no Indo-Pacífico, o ataque na Nigéria e o cerco à Venezuela. (...)

De conjunto, esses fatores e acontecimentos confirmam a avaliação do XVII Congresso do POR e do V Congresso do CERQUI de que os povos estão diante da mais grave crise do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra. Encontra-se, porém, em desenvolvimento, o que pode desembocar em uma grande conflagração dos Estados Unidos contra a China. Os enfrentamentos têm se dado no terreno industrial, tecnológico e comercial, que implicam o choque pelo controle das fontes de matérias-primas. O impulso dos Estados Unidos e da China ao complexo industrial-militar se combina com o rearmamento da Europa e do Japão. Trata-se, portanto, de uma tendência geral, entranhada na contradição entre as forças produtivas potentemente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. Agudizam-se com os obstáculos erguidos pelas fronteiras nacionais.

O poderoso impulso da economia mundial na década de 1990 e início da de 2000 serviu à acumulação de riqueza pelas potências, que saquearam os mais distintos continentes, tendo como carro-chefe os Estados Unidos. É visível e contundente a intervenção do Estado no sentido de centralizar o poder dos monopólios e do capital financeiro. O que potencia ainda mais o choque entre a produção social e a sua apropriação capitalista. Nessas condições, projeta-se a anarquia da produção social. Recrudescem-se a polarização entre a minoria exploradora e maioria explorada. Aumentam-se as distâncias entre a minoria de países desenvolvidos e a maioria dos atrasados. Atingem-se os pontos mais altos da concentração de riqueza em poder de uma ultraminoria de capitalistas em detrimento da esmagadora maioria trabalhadora. O capital financeiro parasitário se distanciou enormemente da economia produtiva. As novas tecnologias resultam em destruição e marginalização de importante parcela da força de trabalho. Agiganta-se o endividamento das nações semicolônias. Erguem-se travas mais resistentes à industrialização nos países atrasados e gesta-se um processo de desindustrialização daqueles que conseguiram constituir parques industriais. Impõem-se as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Sacrificam-se ainda mais as condições elementares da maioria oprimida. A pobreza e miséria cobrem continentes inteiros. Países e povos são arrastados pelo movimento de desintegração do capitalismo, chefiado pelo imperialismo e, portanto, pela oligarquia financeira. O nível da contradição entre as forças produtivas, relações de produção e fronteiras nacionais corresponde às premissas objetivas, históricas, de que estão mais do que maduras as condições para as revoluções proletárias e para a superação do capitalismo pelo socialismo. O que depende da solução da crise de direção.

A classe operária e os demais trabalhadores estão obrigados a se defender custe o que custar. Acham-se presos pela política da burocracia sindical e das mais diversas variantes do reformismo burguês. Mas as suas condições degradadas levam os oprimidos a romperem a camisa de força imposta desde cima pelo Estado burguês, por seus governos, pelos seus partidos e por seus lacaios sindicais e populares. Essa camisa de força é uma das expressões políticas da ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria trabalhadora. As recentes greves gerais na Bélgica, Portugal e Itália, bem como as manifestações na França e Espanha, se confrontaram com as contrarreformas antipopulares, sinalizando que a classe operária e os demais explorados se veem obrigados a recorrerem aos métodos da ação direta e levantarem suas bandeiras próprias contra a burguesia, seus governos e seus Estados.

Os retrocessos sofridos pelo proletariado resultantes da restauração capitalista e liquidação da URSS ainda pesam em favor dos exploradores e do imperialismo, mas tendem a ser enfrentados e superados pela imperiosa necessidade da luta de classes e da construção dos partidos revolucionários. O norte seguro para a vanguarda com consciência de classe se constituir como destacamento revolucionário dos explorados está em compreender as condições da crise geral do capitalismo e trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO  
MUNDIAL DA  
REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS

# Resolução Nacional

*Escrita em 4 de janeiro de 2026*

Essa Resolução consta de sete partes. Devido aos detalhes dos inúmeros acontecimentos que marcaram a situação nacional, a relação entre as partes não puderam ser nitidamente estabelecida.

A ampliação da taxa de 10% para 50% nas exportações brasileiras aos Estados Unidos decretada por Donald Trump indicou que o Brasil se encontra em uma difícil posição no âmbito da crise mundial. A Casa Branca distinguiu alguns países com o imposto de importação mais elevado. A China encabeçou o topo da escala com 125%. A Índia saltou de 25% para 50%. Nota-se que o maior ataque foi dirigido a países do BRICS.

Feita a investida discricionária, o governo norte-americano passou a flexibilizar conforme negociações caso a caso. Reviu os 50% do Brasil retirando inúmeros produtos que, se mantidos por tal taxa, atingiriam não só os interesses internos ao país como também os dos Estados Unidos. A burguesia brasileira e o governo Lula foram tomados de surpresa, ficaram sobressaltados e à espera da condescendência do imperialismo estadunidense. O algoz teve de apenas aguardar o momento para flexibilizar a punição. Enquanto isso, avultaram as discussões e as pressões em torno à decisão do Brasil de tomar a iniciativa de pedir a Trump que abrisse um canal de negociação. (...)

A Lei da Reciprocidade não passou de formalidade legislativa. Lula em nenhum momento pretendeu usar a presidência da República para afrontar a prepotência do imperialismo norte-americano. Mostrou-se aberto a estabelecer comunicação com Trump. A diplomacia do Brasil esteve orientada a usar seu conhecimento no meio empresarial dos Estados Unidos para romper a barreira que foi posta pelo governo norte-americano e não pelo brasileiro. (...)

Lula, petistas e aliados recorreram à bandeira da soberania nacional. O que resguardou a posição de Lula premida pelo cerco do tarifaço. No terreno econômico, o que mais desejava era negociar concessões aos Estados Unidos. A bandeira da soberania nacional dizia respeito apenas à defesa do Judiciário. Somente a China pôde responder com soberania à provocação do tarifaço. (...)

Os fatos demonstram que o Brasil não exerceu a soberania em defesa de sua economia. Nas negociações de novembro com Trump, foram feitas concessões aos Estados Unidos, que ainda estão por ser reveladas em sua concretude e abrangência, como é o caso das terras raras.

As manifestações em defesa da soberania do Brasil em 10 de julho e 7 de setembro se destacaram por sua massividade e alcance nacional, e por reagirem às mobilizações dos bolsonaristas em apoio aos Estados Unidos, Israel e pela anistia aos golpistas. No entanto, se mostraram limitadas pelas direções pró-Lula e por evidenciarem a ausência da classe operária, única classe capaz de travar consequentemente o combate anti-imperialista, portanto, contrário às ações dos Estados Unidos contra a economia e as instituições brasileiras. (...)

Lula, petistas, aliados e direções sindicais e populares pró-governistas puseram de lado a bandeira da soberania nacional. Aliaram-se à diretriz burguesa e governamental de negociar a diminuição das barreiras comerciais ditadas pelo imperialismo norte-americano. Essa conduta política é típica do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Concretamente, agiram e continuarão a

agir em contraposição a organizar um movimento anti-imperialista, baseado na classe operária e orientado pelo programa próprio dos explorados. (...)

A conclusão do processo contra o ex-presidente Bolsonaro, sua cúpula militar e outros cúmplices civis aliviou as pressões da crise política, mas não a encerrou. As prisões do mais importante representante da ultradireita, de três generais e um almirante somente foram possíveis porque as provas de que conspiraram para impedir a posse de Lula e, assim, impor um golpe de Estado, se mostraram fartas e contundentes. (...)

O fundamental desse percurso se encontrou na redução da capacidade dos aparatos da ultradireita de arrastar uma parcela significativa da população, que assistia assombrada às provas apresentadas no processo público, que iam da conspiração voltada a manter pela força Bolsonaro na presidência até a destinada a assassinar Lula, Alckmin e Moraes. (...)

As manifestações promovidas pelos evangélicos, empolgadas pelo embusteiro pastor Silas Malafaia e pelo deputado arqui-bolsonarista Sóstenes Cavalcante, perderam força. O fracasso da manifestação pela anistia de 7 de setembro selou o enterro das ações bolsonaristas voltadas a convencer a população de que o processo era movido por “perseguição política a um inocente”. A última façanha de Bolsonaro foi a de romper a tornozela eletrônica. Frustrada a tentativa de fuga, acabou sendo conduzido à prisão. (...)

A contenção do bolsonarismo tem permitido a Lula pender seu governo à direita, premido pela ofensiva de Trump na América Latina e pelo fustigamento dos aliados de centro-direita internamente. Os tremendos conflitos interburgueses encantonaram o governo burguês de Lula de frente ampla. Sua sobrevivência esteve e está na dependência da continuidade que tem dado às contrarreformas e ao bloqueio que as direções sindicais e populares exercem sobre os trabalhadores.

O governo petista que se propunha na sua origem realizar reformas “democrático-populares” não só deu continuidade às contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como se colocou por realizar novas contrarreformas. O grande capital e a burguesia como um todo lastimam que Lula não foi às últimas consequências nas contrarreformas, mas consideram um grande mérito ter concluído a reforma tributária. A capitulação dos petistas e aliados de esquerda diante das contrarreformas e a diretriz política de assumir a sua continuidade são ditadas pelos condicionamentos econômico-financeiros da volumosa dívida pública, da valorização parasitária do capital e da necessidade dos capitalistas preservarem e aumentarem seus lucros. (...)

É nessas condições tumultuosas que comparece a necessidade imperiosa de organização da classe operária e demais explorados no campo da independência política. É por essa via que os explorados combaterão as tendências ultradireitistas e direitistas dos partidos da burguesia, e se libertarão dos condicionamentos da política da esquerda burguesa e pequeno-burguesa.

Os desencontros, atritos e choques entre os três poderes da República dão a dimensão da crise política. Evidenciam a decomposição da democracia oligárquica. A promessa burguesa de que o fim de 21 anos de ditadura militar daria lugar a uma “Nova República” não pôde ser cumprida. A transição de regime ocorreu movida pela crise política que abalou o governo militar de João Batista Figueiredo. Os fundamentos materiais das recorrentes instabilidades governamentais e das conseqüentes crises políticas se encontram nas travas que impedem o amplo desenvolvimento das forças produtivas.

As sucessões de crises que sobressaltam as instituições republicanas são recorrentes desde a fundação da “Velha República”, em 1889. O golpe militar de 1964 não eliminou as contradições históricas e econômicas que impossibilitaram a edificação de uma democracia burguesa desenvolvida e estável. A “República Nova” originada da denominada Revolução de 1930 se esgotou rapidamente, dando lugar ao golpe de 1937, que instalou a ditadura civil varguista, sob o rótulo de “Estado Novo”. A democratização de 1945 não estabilizou as divisões interburguesas, em parte alimentadas pela crescente influência do imperialismo norte-americano. O nacionalismo burguês não teve como superar o caráter oligárquico da democracia. Mesmo o regime militar, instalado em 1964, não esteve livre de crises políticas, que foram debeladas à custa do esmagamento de toda resistência, principalmente às das organizações operárias. A retomada da democratização em 1985 ocorreu sobre a base das contradições históricas e econômicas que inviabilizaram o desenvolvimento de uma sólida democracia e ensejaram a instalação do mais longo período de ditadura militar.

A formação semicolonial do Brasil e a conformação oligárquica da burguesia nacional, estruturalmente condicionadas pelas forças econômicas do imperialismo, continuaram e continuam a ditar o funcionamento da democracia e a turbulência das crises políticas. As ilusões burguesas e pequeno-burguesas sobre as virtudes da democratização pós-ditadura militar se estatelaram diante da crise política que levou à queda prematura do governo Fernando Collor, em 1992, primeiro presidente eleito da “Nova República”. (...)

A punição aos bolsonaristas pela tentativa de golpe de Estado se deveu quase que exclusivamente à força política alcançada pelo Judiciário. Os seus opositores no Parlamento não tiveram o êxito de cercear as ações do STF, que contrariavam os interesses de deputados e senadores. Não puderam ir adiante com a constituição de uma CPI voltada a realizar o impeachment, nomeadamente, de Alexandre de Moraes. Diante de uma acirrada campanha para limitar o “poder monocrático” do juiz, o ministro Edson Fachin levantou a bandeira de um “Código de Conduta” para os ministros dos tribunais superiores. Avultaram as denúncias sobre altos rendimentos e os vínculos de ministros com poderosos escritórios de advocacia, entre eles os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. O caso da quebra fraudulenta do Banco Master e a decisão do Banco Central de liquidá-lo trouxe à tona as relações promíscuas de ministros que controlam os escritórios de advocacia. Esse acontecimento é um foco de crise mais incendiário que o caso do INSS. Há muito se conhecem os laços entre os interesses privados e o exercício da magistratura. Mas o fato é que o Judiciário faz parte da democracia oligárquica. (...)

Lula se viu obrigado a constituir um governo de frente ampla, sem, contudo, impor aos seus participantes a formação de uma maioria parlamentar. Essa particularidade da crise política se manifestou nos mandatos anteriores de Lula e Dilma. A escolha de vice-presidentes originados da burguesia e da oligarquia partidária

– empresário José de Alencar e politiquieiros como Michel Temer e Geraldo Alckmin – e montagem de governo de frente ampla não serviram de anteparo às manifestações da crise política. Em sua base se encontra a necessidade de manter as privatizações dos governos anteriores, dar continuidade às contrarreformas (a exemplo do teto de gastos e reforma do ensino médio) e golpear ainda mais as condições de existência da maioria oprimida.

A ultradireita e as demais variante da direita burguesa continuam a ditar o curso geral da governabilidade, a gestar as crises políticas e a decompor a democracia oligárquica. A debilidade do nacional-reformismo subserviente ao grande capital acaba por potenciar as forças ditatoriais da política burguesa. (...)

A operação policial no Complexo do Alemão e Penha, que deixou 127 mortos, sendo a maioria de jovens pobres e pretos, refletiu o avanço da barbárie social no país. Ocorreu no estado mais conflagrado pela presença do narcotráfico, das milícias e de todo tipo de criminalidade. O acontecimento teve projeção nacional devido à amplitude da violência. Nem mesmo a mídia burguesa, rotulando os mortos como suspeitos, pôde ocultar a barbárie de mais de uma centena de mortos expostos em praça pública.

Há muito os governantes vêm reforçando o Estado-policial. No entanto, por mais que se tenha aparelhado a Polícia Militar e crescido as mortes causadas por suas intervenções nas favelas e bairros operários empobrecidos, a fração burguesa narcotraficante não foi contida em sua capacidade econômica e política, pelo contrário, cada vez mais as facções narcotraficantes não só se acham em todos os estados como têm penetrado profundamente no tecido social das regiões e, conseqüentemente, na política oligárquica. (...)

A crise social é uma constante na história do Brasil. Atingiu um alto grau com o desenvolvimento do tráfico de drogas e armas. O nível alcançado de sofisticação das facções criminosas só foi possível devido à cobertura do capital financeiro, da burocracia estatal e dos partidos da burguesia. A “Operação Carbono Oculto”, lançada pelo governo Lula, pouco antes da “Operação Contenção”, revelou o que já se sabia: o narcotráfico lava bilhões por meio de aplicações em empresas e transações no sistema financeiro. A propaganda que dessa vez a coluna vertebral do narcotráfico seria atingida ainda está por ser realizada. Seu cumprimento implica abrir integralmente os segredos comerciais das empresas e do sistema bancário. As fintechs utilizadas pelos capitães do narcotráfico são partes constitutivas do capital financeiro. (...)

Somente com o programa de abertura completa dos segredos comerciais dos banqueiros, expropriação e estatização do capital financeiro é possível combater a burguesia narcotraficante e seus interessados protetores. Essa luta depende da organização independente da classe operária diante de todas as variantes da política burguesa. (...)

A contrarreforma trabalhista, sobretudo, recrudescer os fatores que mantêm a maioria oprimida mergulhada na pobreza e uma de suas camadas mais afetadas, na miséria. A informalidade e a terceirização deram aos capitalistas maior liberdade de exploração do trabalho. Os retrocessos originados da eliminação de direitos trabalhistas, que favoreciam as relações formais entre a força de trabalho e o capital, incidiram na dinâmica da pobreza e da miséria, que são manifestações estruturais do capitalismo semicolonial brasileiro. As multinacionais ficaram ainda mais livres para impor a flexibilização capitalista do trabalho, que faculta as demissões em massa, a realização de acordos antioperários com a burocracia

sindical em torno ao banco de horas, layoff, PDV etc. Modalidades criadas pelos aplicativos que reforçam a superexploração da força de trabalho. (...)

As experiências com o nacional-reformismo petista confirmam a impossibilidade de reformas do capitalismo e da democracia oligárquica. A potenciação da crise social põe à luz do dia a necessidade da revolução social, que por seu conteúdo e estratégia histórica é proletária. (...)

As contrarreformas postas em prática não reverteram o baixo crescimento da economia e agravaram a crise social. A alegada queda da taxa de desemprego, que se havia elevado ao altíssimo patamar de 14,9% no período da pandemia, tem sido apresentada pelos porta-vozes da burguesia como um bom resultado que se deve à contrarreforma trabalhista e ao crescimento econômico sob o governo Lula. (...)

É preciso ainda considerar o aumento dos empregos temporários e informais. De forma geral, a força de trabalho no Brasil foi estimada em 171,5 milhões, em 2024, sendo que 101,3 milhões exerciam uma ocupação. Logo, 70,2 milhões se encontravam marginalizados do processo econômico. A força de trabalho jovem desempregada representava 10,3 milhões – geração rotulada de “nem-nem”, nem estuda, nem trabalha. Dos 53,4 milhões de trabalhadores do setor privado, 14,2 milhões são informais. A terceirização vem crescendo tanto setor privado, quanto no público. Essa é uma das modalidades da reforma trabalhista voltada ao fortalecimento dos contratos temporários e à redução do salário. Essa também é uma das vias de ataque das frações burguesas que exigem a aprovação de mais uma contrarreforma (administrativa), voltada a atacar o funcionalismo. (...)

O crescimento continuará baixo com tendência à queda e o desemprego voltará a patamares mais elevados; a informalidade e a terceirização manterão sua marcha ascendente. Esse curso reforça o processo de desindustrialização. A guerra comercial travada pelos Estados Unidos se refletirá com maior ímpeto na economia brasileira. A maior probabilidade é de que o agronegócio venha a perder força, contribuindo para o descenso econômico. Acirrarão os conflitos interburgueses no interior do Estado em torno ao agigantamento da dívida pública, à elevada taxa de juros (Selic), ao endurecimento de medidas orçamentárias e ao prosseguimento das contrarreformas. A disputa eleitoral já ganha corpo e abre o fosso da polarização política.

A classe operária e os trabalhadores em geral serão arrastados por detrás dos partidos burgueses, caso não reajam à crise social com seu programa de reivindicações e métodos próprios de luta. As greves dos petroleiros e dos Correios mostraram o caminho de defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas. A burocracia sindical se negou a pôr em pé um movimento que confluísse com a necessidade geral dos assalariados em derrubar as contrarreformas, colocar fim à terceirização, recuperar os salários e impedir as privatizações. São necessidades que formam o programa de reivindicações que há muito está posto e que terá de ser encarnado pela classe operária na próxima etapa da crise econômica, social e política. (...)

A decisão de Trump de militarizar o mar do Caribe, ampliar suas bases militares na América Latina, intervir no Canal do Panamá, cercar a Venezuela, realizar bombardeios em pequenas embarcações no Caribe, confiscar navios comerciais de petróleo e, finalmente, invadir Caracas, bombardeando suas posições de defesa, matando seguranças e sequestrando o presidente Nicolás

Maduro terão consequências econômicas desfavoráveis à América Latina. (...)

O fundamental está em que um abalo severo no desempenho econômico do Brasil afetará o conjunto da América Latina e, internamente, impulsionará a crise social. O governo Lula sentiu o terreno tremer sob seus pés quando o Brasil foi selecionado com uma alta taxação. Movimentou-se no sentido de não agravar o distanciamento político com Trump. Reagiu no sentido de subsidiar os setores exportadores mais afetados e indicar à Casa Branca de que estava disposto a negociar e que o Brasil tem muito a oferecer aos Estados Unidos, referindo-se a um bem valioso a ser explorado, que são as terras raras e outros minerais. Esse percurso ainda inconcluso poderá ser tanto amenizado quanto agravado. (...)

O Brasil espelha essa tendência desintegradora há algumas décadas. O programa de defesa das reivindicações essenciais dos explorados unifica as massas latino-americanas e mundiais, que vêm sendo golpeadas pelas contrarreformas. Esse programa é a ponta do iceberg do programa da revolução social. A necessidade de responder com a frente única anti-imperialista aos ataques de Trump e seus aliados tem em sua base o imperativo de unificar a maioria oprimida no combate pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e pela derrubada das contrarreformas.

A linha estabelecida pelo Partido Operário Revolucionário de Oposição Revolucionária ao governo Lula corresponde a essa diretriz programática. Mostrou-se acertada diante da ampla adaptação do governo petista à democracia oligárquica e, em última instância, dos interesses do grande capital, dos latifundiários e parasitas da dívida pública.

A crise de direção se manifesta a cada grande acontecimento e põe à luz do dia a contradição entre as condições objetivas do capitalismo em decomposição e os retrocessos das condições subjetivas resultantes de grandes vitórias do imperialismo contra os avanços das revoluções proletárias do século XX. Tais retrocessos não rejuvenesceram o capitalismo e não deixaram de demonstrar a necessidade histórica da revolução social e da estratégia de poder da ditadura de classe do proletariado.

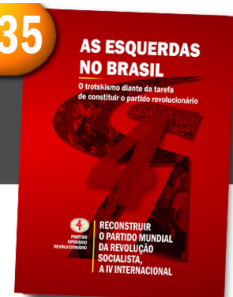
O POR vem se guiando pela linha da oposição revolucionária ao governo burguês de Lula com essa estratégia e, em particular, com a defesa da derrubada do poder da burguesia e constituição de um governo operário e camponês. Nesse embate, se coloca na ordem do dia a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. A superação da crise de direção não será imediata, seu avanço depende de a vanguarda com consciência de classe se organizar no seio do proletariado e impulsionar a sua organização independente. Essa linha programática está voltada ao fortalecimento do POR e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**AS ESQUERDAS  
NO BRASIL**

O Trotskismo  
diante da Tarefa  
de Construir  
o Partido  
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Rio Grande do Norte

## **Avança o esgotamento eleitoral do PT no RN**

Após dois mandatos como governadora do estado, Fátima Bezerra (PT) se viu em um impasse sobre a sua desejada candidatura ao Senado e à sucessão governamental.

No final de 2025, após Fátima Bezerra anunciar que se candidataria ao Senado, o seu vice, Walter Alves (MDB, oligarquia Alves), anunciou que também renunciaria ao seu cargo, mas não só isso, também declarou apoio à futura candidatura da oposição direitista burguesa de Alysson Bezerra (União Brasil, partido presidido localmente por José Agripino Maia).

Tal situação levaria a uma eleição indireta na Assembleia Legislativa, que colocava concretamente a possibilidade de um governante da direita assumir o governo até o final de 2026. Diante desse risco, Fátima Bezerra anunciou que não iria mais ser candidata, e que permaneceria governadora até o final de seu mandato. Assim, a recente aliança entre os Alves e os Maia conseguiu sua primeira vitória. A atual candidatura do PT ao governo, do desconhecido Cadu Xavier, está bem abaixo nas pesquisas eleitorais.

A postura de Walter Alves (MDB) de repentinamente virar as costas para Fátima Bezerra e se aliar com os Maia e o restante da oposição burguesa revela que o PT tem sido um mero serviçal das oligarquias no estado. Em particular, a oligarquia Alves, ocupando o governo do estado, viu o seu partido MDB passar de 38 prefeituras em 2020 para 45 nas eleições em 2024.

O União Brasil, da oligarquia Maia, também conquistou mais espaço, passando de 17 para 28 prefeituras nas eleições de 2024,

conquistando inclusive a cidade de Mossoró. Agora, as duas oligarquias se unem para recuperar o controle total do governo e dos cargos legislativos, acentuando o esgotamento eleitoral do PT no estado.

Durante os dois mandatos, o governo Fátima manteve os interesses gerais da burguesia no estado, ao mesmo tempo em que o funcionalismo público recorreu a greves para defender seus direitos básicos. A greve do magistério em 2025 teve que resistir à tentativa do governo de não repassar o Piso na carreira, além do pagamento do 13º e férias dos professores temporários. O último ataque, a demissão em massa de mais de 1500 professores temporários, mostra que se trata de um governo burguês disposto a descarregar a crise fiscal e econômica do estado sobre os ombros dos explorados.

O PT, longe de acabar com a oligarquização na política, se adaptou completamente a ela. As oligarquias usam o PT quando lhe são convenientes, depois descarta. Permanece o peso do latifúndio no controle dos municípios e do estado. Somente a classe operária, em aliança com os camponeses, é capaz de expropriar o latifúndio e varrer a democracia burguesa oligárquica, constituindo um governo próprio dos explorados, o governo operário e camponês. Com essa posição programática, o POR tem realizado a Oposição Revolucionária ao governo nacional-reformista de Lula e avançado sua construção no RN combatendo a política de colaboração de classes do PT no estado.

## **Amplia-se a evasão de estudantes na rede estadual de SP**

### *Responder com os métodos próprios dos trabalhadores*

A Apeoesp (sindicato de professores da rede estadual de SP) publicou um material de “subsídio ao debate”, intitulado “Excluir a juventude do ensino médio é parte do projeto privatista do governo Tarcísio”. Em que pese os problemas de análise, resultado da política reformista da direção sindical, ligada principalmente ao PT, os dados apresentados possuem uma enorme relevância. A Corrente Proletária tem acompanhado esses dados atentamente, pois são fundamentais para uma caracterização precisa da realidade, ponto de partida obrigatório para o estabelecimento de uma linha política e uma tática adequadas.

A rede é imensa: são mais de 5.000 escolas, cerca de 3,5 milhões de estudantes, 253 mil servidores ativos, 96 mil professores temporários (que correspondem a 47% do total de docentes) e 97,9% das matrículas públicas do ensino médio concentradas na rede estadual (existem matrículas nas redes municipal e a federal).

O dado mais importante, contudo, é o da evasão. Diz o material: “De acordo com o Censo Escolar 2025, a rede estadual de São Paulo perdeu 252 mil estudantes do ensino médio entre 2024 e 2025, 17% do total de matrículas de 2024, o que representa 2,5 vezes a média nacional”. Trata-se de uma estatística pavorosa. São 252 mil jovens expulsos da escola! Sem dúvida há uma combinação de vários fatores que concorrem para explicar esse fato, mas esses fatores não têm o mesmo peso. O fechamento de salas, a liquidação da EJA presencial e principalmente a expansão do PEI

(Programa de Ensino Integral) são as causas decisivas de tamanha exclusão.

A expansão do PEI é bastante significativa. Em 2024, eram 2.332 escolas, 925 mil estudantes; em 2025, 65 escolas foram incorporadas, o que se traduziu em mais de 1 milhão de matrículas. O PEI atinge principalmente o estudante-trabalhador. A extensão do tempo de permanência inviabiliza a combinação com o trabalho, além de reforçar o caráter de mero confinamento dos jovens na mesma escola falida de sempre. A promessa de um “ensino integral”, que supostamente teria como foco o desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos estudantes, não passou de subterfúgio para aprovar o projeto. O discurso de que os jovens teriam aula de dança, robótica, teatro etc. não passou de palavras ao vento.

Daí o enorme equívoco político das direções sindicais, inclusive da Apeoesp, ao aceitar a proposta abstrata do “ensino integral”. Nos fóruns do sindicato (Congressos, reuniões do Conselho...), é comum ouvir pronunciamentos de que “não podemos ser contra o ensino integral”. Entre as justificativas, além da defesa da concepção, costuma aparecer o apelo que há entre as famílias, dada a necessidade dos pais e responsáveis trabalharem – o que só reforça a visão da escola como “depósito” de crianças e adolescentes, o que evidentemente choca com a suposta “concepção” de educação. Como se vê, as contradições são muitas.

A Corrente Proletária tem denunciado a política governamen-

tal e a resposta equivocada da burocracia sindical. O PEI possui um vínculo com a contrarreforma trabalhista. A ampliação das jornadas de trabalho, permitida pela contrarreforma – uma vez que colocou o “negociado acima do legislado” –, exigiu uma contrapartida do Estado em relação ao que fazer com os filhos e filhas desses trabalhadores. Ganhou grande projeção o suposto argumento de que seria melhor que esses jovens ficassem dentro das escolas do que nas ruas, expostos à violência, às drogas etc. É um suposto argumento, pois não passa de cinismo, afinal, as escolas não são uma “bolha”, e todos sabem que a violência, as drogas, as facções etc. sempre estiveram dentro das escolas, e tratar a escola como depósito de jovens não muda essa realidade.

Outra falácia é a possibilidade de uma educação que desenvolva as múltiplas capacidades da juventude sob o capitalismo. A crise estrutural do modo de produção capitalista, em sua época imperialista, só reserva aos povos do mundo todo a barbárie em suas formas variadas, a exemplo das guerras, doenças, fome etc. A decomposição do ensino é um reflexo dessa crise. Isso acontece em função da educação ser parte da superestrutura, determinada em última instância pela base econômica. Do que resulta que a escola burguesa não só não desenvolve as faculdades humanas, como as mutila. O ensino é memorístico, autoritário e desvinculado da vida. O ensino a distância (EaD) e a plataforma só ampliam essa separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

A única forma de o ensino cumprir a função de desenvolver as múltiplas faculdades da juventude é unindo a teoria e a prática, através do vínculo com a produção social. É o que ensina a concepção marxista da educação. Os estudantes devem formular hipóteses e colocá-las em prática interagindo com a realidade concreta, tendo como objetivo a transformação dessa realidade. O que implica a necessidade da combinação de uma parte do tempo na escola com uma parte na produção – de acordo com as capacidades físicas e mentais.

O documento divulgado pela Apeoesp traz estatísticas que confirmam a constatação da falácia do “ensino integral”. Apenas 54,1% das escolas têm quadra de esportes; 53,7% têm biblioteca ou sala de leitura; 45% têm laboratório de informática e só 9,1% têm laboratório de ciências. Está aí desnudada, em números, a farsa da “formação multidimensional” do PEI.

Soma-se à ampliação do PEI o problema do fechamento de salas e turnos. Segundo dados inferidos a partir das informações divulgadas pela própria Seduc – que não são encontrados no material da Apeoesp –, em 2015 existiam 20.392 turmas noturnas (ensino médio + EJA); em 2025 esse número desceu para 9.459, queda de cerca de 54%. Em 2015, eram 2.803 escolas com ensino noturno, caindo atualmente para 1.633. No caso específico da EJA, a diminuição é ainda mais visível: no mesmo intervalo de dez anos (2015-2025), a quantidade de turmas foi de 4.848 para 1.606, isto é, 67% a menos.

Um dado que complementa o da evasão é a distorção idade-série, que se encontra em 11,8% - 84 em cada 100 estudantes concluem o ensino médio até os 19 anos. O valor está abaixo da média nacional, de cerca de 20%. Em países de capitalismo avançado (dados da OCDE) a distorção é muito próxima de zero, a reprovação é rara ou inexistente e atraso escolar é exceção. 11,8% significa que 1

em cada 9 estudantes está atrasado. Em países desenvolvidos, esse indicador gira em torno de 1 em 50 ou menos.

A burocracia sindical denuncia corretamente o desmantelo da educação pública paulista, mas, além de realizar concessões inadmissíveis em relação ao “ensino integral”, ainda procura livrar de qualquer crítica o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin. Usa os dados do Programa Pé-de-Meia, implementado pelo PT, para traçar uma diferenciação com a atitude do governo ultradireitista de Tarcísio. Segundo os dados do material da Apeoesp, a taxa de evasão das famílias pobres sem o programa é de 26,4%; com o programa, 19,9% - indicando, portanto, uma redução de 6,5 pontos percentuais.

O que a burocracia omite é que toda a política do governo petista para a educação, incluindo a “nova” reforma do ensino médio, está assentada no privatismo, na expansão do “ensino integral”, no EaD/plataformização e na liquidação da EJA presencial – vale lembrar que a reforma do ensino médio faculta aos sistemas de ensino oferecer a EJA 100% em formato virtual, o que é um completo absurdo. Isso sem contar a contradição da direção sindical, pois o Pé-de-Meia não foi capaz de impedir a evasão dos 252 mil estudantes, mostrando a impotência do assistencialismo empunhado pelo governo nacional-reformista.

A Corrente Proletária/POR tem insistido na necessidade de uma forte mobilização, no campo da independência de classe, contra o “ensino integral”, o fechamento de salas/turnos, em defesa da EJA e pelas demais reivindicações dos trabalhadores em educação, em aliança com o movimento estudantil e com as comunidades, empregando o método da ação direta. No caso do PEI, em SP, a Corrente Proletária sempre questionou a linha, ditada pela direção sindical, de derrotar o Programa a partir de cada Unidade, desde os Conselhos de Escola, mostrando que o ataque era geral e que, por isso, a luta deveria ser centralizada estadualmente, erguendo a greve e as ocupações, em defesa do fim do PEI. A recusa das direções a se colocar contra o “ensino integral”, em nome da defesa abstrata dessa concepção, deixou a brecha que o governo precisava para expandir o programa.

Os professores têm a possibilidade, agora que a greve está marcada para os dias 9 e 10 de abril, de reverter esse quadro. É preciso paralisar massivamente as escolas e trabalhar pela greve por tempo indeterminado. É o único caminho para derrotar um governo tão intransigente quanto esse de Tarcísio e Feder. Todos os métodos apontados pela direção burocrática do sindicato já foram postos à prova: as reuniões a portas fechadas com o governo, as negociações no campo parlamentar, os sucessivos adiamentos da greve e as medidas judiciais já se mostraram ineficazes. O governo tem ficado de mãos livres para atacar os trabalhadores, os estudantes e a própria educação pública. A história da luta de classes, por outro lado, já demonstrou que, sem o combate classista e independente, não há possibilidade de conquistas.

Toda força à greve dos professores de SP! Combater a evasão e todos os outros problemas levantando a defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha, e vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática).



**NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:**

## Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudesimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

# Estado, religião e capital: instrumentos de dominação de classe na crise do capitalismo

Com o aprofundamento da crise do sistema capitalista, intensificam-se as contradições sociais e políticas, trazendo à tona denúncias cada vez mais contundentes contra as instituições do Estado burguês. Esse processo revela a decomposição da política burguesa e sua estreita articulação com a religião, evidenciando como ambas operam, de forma interligada, na sustentação da ordem capitalista.

A religião, nesse contexto, tem sido amplamente instrumentalizada como meio de exploração das massas, sobretudo dos setores proletários mais empobrecidos da população e da classe média (pequena burguesia), que enfrentam condições materiais precárias e profundas dificuldades sociais e psicológicas. Por meio da manipulação da fé e do sofrimento individual, as lideranças religiosas católica, evangélica entre outras exercem controle ideológico sobre parcelas significativas da classe operária e do demais oprimidos, convertendo essa influência em fonte de acumulação de riqueza.

Esse processo não se limita à arrecadação de recursos via dízimos e doações. Com as fortunas acumuladas, esses setores passam a atuar diretamente em outros ramos da economia, como o sistema financeiro, por meio da criação de bancos digitais (Banco Digimais, ligado ao pastor evangélico Edir Macedo, da Igreja Universal e proprietário da Record) e fintechs (o Pastor evangélico André Valadão da igreja Batista da Lagoinha) e entre outras figuras evangélicas. Trata-se de uma diversificação dos mecanismos de acumulação, sustentada por práticas parasitárias que se alimentam das próprias condições de miséria, endividamento e dos problemas emocionais e sociais das massas.

A atuação dos religiosos é viabilizada e protegida pelo Estado burguês, que cumpre o papel de garantir as condições gerais de reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que preserva privilégios fiscais e institucionais das organizações religiosas, o Estado contribui como mais um dos instrumentos de manutenção da alienação e da passividade das massas diante do agravamento da crise econômica e social, expresso no aumento da fome, do desemprego, da precarização do trabalho e do arrocho salarial etc.

A chamada bancada evangélica, organizada na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), constitui uma das principais forças no Congresso Nacional, reunindo cerca de 200 parlamentares de distintos partidos. Sua atuação revela não apenas influência ideológica, mas também controle direto sobre parcelas do orçamento público, por meio da destinação de emendas a projetos frequentemente vinculados a interesses religiosos e privados dos pastores.

Além disso, essa bancada atua sistematicamente na defesa de seus próprios interesses materiais, como na proposta de ampliação da imunidade tributária para igrejas — a chamada “PEC das Igrejas” — buscando estender isenções fiscais a uma ampla gama de bens e atividades, aprofundando privilégios em detrimento do conjunto da sociedade.

Com o agravamento da crise econômica e política no Estado burguês, proliferam denúncias contra a bancada parlamentar evangélica em recorrentes corrupções e desvios de recursos públicos, envolvendo a destinação de verbas a entidades religiosas e o uso de mecanismos como as “emendas Pix”. Tais práticas evidenciam que essas lideranças utilizam sua posição política para favorecer esquemas de enriquecimento, reforçando a promiscuidade entre Estado, religião e capital.

No conjunto, o processo de acumulação capitalista, marcado por crises periódicas e profundas mazelas sociais, apresenta-se

sob múltiplas formas. Para a classe operária, manifesta-se como desemprego, miséria, adoecimento mental, desagregação social e intensificação da exploração. Já para os setores que lucram com essa realidade, tais condições são convertidas em oportunidade de acumulação, frequentemente legitimadas por discursos religiosos dos evangélicos, católicos etc., que naturalizam o sofrimento pessoal como parte de uma suposta ordem divina.

Nesse sentido, é necessário que os trabalhadores que aderem ao culto religioso dos evangélicos e de outras vertentes rompam com as direções religiosas que, objetivamente, atuam como fração auxiliar da dominação de classe, funcionando como sustentáculo ideológico da exploração capitalista. Tais lideranças, ao canalizarem o sofrimento material e pessoal das massas para solução de uma providência divina, contribuem para desviar os explorados da compreensão das causas reais de sua condição e da necessidade da luta contra o Estado burguês e seu regime capitalista. Com isso, a emancipação dos trabalhadores exige não apenas o enfrentamento das estruturas econômicas do capital, mas também contra as formas ideológicas que garantem sua reprodução e manutenção.

A classe operária e a maioria oprimida caminharão no sentido de sua libertação ideológica da religião, como parte da libertação geral da ideologia burguesa dominante, por meio das experiências que a luta de classes possibilita. É por essa via que se torna fundamental enfrentar o obscurantismo religioso que, ao colaborar com a ofensiva do imperialismo e da burguesia nacional, contribui para a imposição de contrarreformas como a trabalhista, previdenciária entre outros ataques às massas que aprofundam a exploração, assim se coloca como tarefa central a construção da unidade entre todos os explorados e oprimidos. A tática da Frente Única Anti-imperialista se apresenta como instrumento fundamental para a defesa das condições de vida e das conquistas históricas da classe operária, apontando para a necessidade de superação do capitalismo por meio da revolução proletária.



**R\$5**

**O Socialismo e a Religiao**  
Lênin e Rosa Luxemburgo

**Adquira com o distribuidor de Massas:**

**POR** Partido Operário Revolucionário **MASSAS**



# NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Março/2026

nossa.classe@hotmail.com  
pormassas.org | @massas.por



Política Operária

## **Pelo fim imediato da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã!**

*Pôr em pé um movimento de frente única anti-imperialista!*

*Lutemos contra a dominação imperialista com o programa da revolução proletária!*

*Pela autodeterminação e soberania do Irã!*

*Somente o povo iraniano pode decidir sobre o seu governo!*

*Pelo direito de o Irã decidir sobre seu programa nuclear e seu armamento atômico!*

*O petróleo do Irã pertence ao povo iraniano*

Os Estados Unidos e Israel estão determinados a ir às últimas consequências em sua guerra contra o Irã. No primeiro bombardeio, no dia 28 de fevereiro, mataram não apenas Ali Khamenei e altas autoridades do governo iraniano, mas também 168 estudantes e 14 professores que se encontravam em uma escola primária.

Depois do bloqueio militar à Venezuela, da invasão do país e do sequestro do presidente Nicolás Maduro, Trump decidiu golpear o Irã. Na base dos bombardeios está a estratégia dos Estados Unidos de controlar o petróleo e as fontes de matérias-primas. Os Estados Unidos querem derrubar o governo nacionalista, para penetrar em sua economia e controlar o seu petróleo. Por essa via, o imperialismo norte-americano recrudescerá a guerra comercial com a China, cuja ascensão econômica depende em grande medida da energia que brota das reservas petrolíferas.

Não é possível desvincular o genocídio do povo palestino da guerra de dominação desfechada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã. A barbárie perpetrada pelo imperialismo salta aos olhos, contando com a conivência das monarquias árabes e das

potências europeias, que defendem em palavras o respeito às leis internacionais.

As manifestações massivas sob a bandeira de fim imediato dos ataques ao Irã e pela autodeterminação da nação oprimida são o ponto de partida para organizar um vasto e potente movimento anti-imperialista pelo desmonte das bases militares e expulsão dos Estados Unidos do Oriente Médio. Faz parte dessa luta operária e popular parar o genocídio do povo palestino e recuperar a Faixa de Gaza, arrancando-a do controle dos sionistas.

A resistência do Estado iraniano em defesa de sua soberania é justa e necessária. A classe operária e demais explorados devem se colocar sempre ao lado da nação oprimida e contra a nação opressora. Somente o proletariado iraniano e do Oriente Médio, organizado e em luta, com os métodos da luta de classes, poderá colocar fim à guerra de dominação, derrotar o imperialismo e constituir os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Fora os Estados Unidos do Oriente Médio e da América Latina! Constituir a Frente Única Anti-imperialista!

## **Imposição do PDV na GM, com aval da direção sindical traidora, condena os operários ao desemprego e à miséria**

*Emprego não se negocia, se defende com a greve, a ocupação da fábrica e o controle operário da produção*

A burocracia do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ligada à CSP-Conlutas/PSTU, realizou assembleia no dia 23 de fevereiro e mais uma vez traiu os operários ao defender, aprovar e encaminhar para a GM a abertura de um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que de voluntária não tem nada. A patronal sempre ameaça os operários dizendo que se não aderirem ao PDV serão demitidos da mesma forma. E a direção do sindicato, que deveria representar os trabalhadores e organizar a luta em defesa

dos empregos, salários e estabilidade no emprego, vem fazendo o contrário, ou seja, negociando acordos de demissões e iludindo os operários com o pagamento de indenizações que chamam de “benefícios”, mas que na verdade somente favorecem a burguesia (patrões).

Em São Caetano do Sul, também com a ajuda da direção do sindicato ligada à Força Sindical, a GM demitiu 208 operários em mais um processo de PDV. Como se vê, as burocracias sindicais

tanto de São Caetano quanto de São José dos Campos, embora não sejam politicamente iguais, acabam funcionando como correia de transmissão da política patronal, ao impedir a luta coletiva e a organização independente dos operários em defesa de suas reivindicações.

Ao acabar a indenização, os operários incluídos nesses PDVs estarão desempregados e, diante do avançado processo de desindustrialização, terão dificuldades de conseguir outro emprego para manter suas famílias e condições de vida. Dada a crise de superprodução capitalista, a patronal recorre às demissões e à retirada de direitos para manter sua taxa de lucro, condenando os operários ao desemprego e miséria.

Frente ao fechamento de fábricas e demissões, o Boletim Nossa

Classe chama os operários da GM e demais empresas a levantarem a bandeira: nenhuma demissão! Emprego não se negocia, defende-se aprovando a greve, com ocupação de fábrica, e lutando pela estatização de toda fábrica que ameaçar fechar ou demitir, sem indenização e sob o controle operário.

A resposta da classe operária às demissões e ao desemprego é a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada, sem redução de salários), ou seja, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução de salários. Que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para impor ao governo e à patronal nossas reivindicações.

## Avibras: direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos defende proposta da patronal e coloca fim à greve

Em assembleia realizada em 11 de março de 2026, a direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ligado à CSP-Conlutas, colocou em votação e aprovou a proposta da Avibras de pagamento das dívidas trabalhistas, colocando fim à greve iniciada em setembro de 2022 contra o fechamento da fábrica, em defesa dos empregos e do pagamento dos salários atrasados.

A proposta aprovada prevê a demissão dos 1.400 trabalhadores existentes no início da luta e a recontração de apenas 450 operários. Ou seja, pela proposta aprovada, 950 operários serão demitidos com a concordância da direção sindical, que deveria defender os empregos de todos os trabalhadores. O acordo prevê também o parcelamento do pagamento da dívida trabalhista, que soma R\$ 230 milhões, em 12 a 48 parcelas.

Esse plano traidor, imposto pela patronal com o auxílio da burocracia sindical, chamado de forma descarada de “plano de recuperação judicial alternativo”, nada mais é do que uma maneira de se colocar fim à greve e favorecer a patronal, deixando de lado companheiros que estão há quatro anos sem salários, sem as condições mínimas para manter suas famílias, passando todo tipo de necessidade. O atraso de salários durante tanto tempo causou a destruição da família e da vida de muitos operários. Alguns companheiros tiveram depressão, outros perderam a casa etc.

### Políticas opostas

Duas políticas estiveram presentes na luta contra o fechamento da Avibras: a política legalista e de conciliação da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, e a política de luta de classes, independente e revolucionária, defendida pelo Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário.

Durante todo o processo grevista, enquanto os companheiros sofriam sem salários, a direção sindical isolou a greve dos trabalhadores da Avibras, não convocou a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba, que era necessária para unificar a luta em defesa dos empregos; não defendeu a ocupação da fábrica e o controle operário da produção. Ao contrário, a direção sindical pelega fez atos e manifestações isoladas, desviou a luta para a via parlamentar e limitou-se a pressionar o governo federal, iludindo os operários com a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a Avibras pela via legal, por meio de um projeto de lei enviado ao parlamento burguês.

O fato é que a fábrica teve 99% das ações transferidas para a Brasil Crédito (Fundo de Investimentos), empresa que compra dívidas de outras empresas, para lucrar em recebimentos futuros. Como se vê, a burocracia traidora está comemorando como vitória um acordo que permitiu a demissão de 950 operários e a troca de um patrão explorador por outro, que continuará explorando e tirando o couro dos operários.

2026 é ano eleitoral. A CSP-Conlutas é um braço sindical do PSTU, que é um partido eleitoreiro, que faz o seu cálculo para angariar posições no parlamento burguês. Por isso, a burocracia sindical ligada ao PSTU não organiza a luta da classe operária por meio da ação direta, para expropriar a patronal e implantar o controle operário da produção nas fábricas metalúrgicas e demais setores da indústria. A burocracia sindical centrista presta-se ao papel de conciliadora da luta de classes, recorrendo à justiça burguesa, aceitando os acordos de demissão e retirada de direitos determinados pela patronal, como aconteceu na Avibras.

Figuras como o atual presidente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, Weller Gonçalves, ex-candidato a vereador; o presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Moisés Selerges, pré-candidato a deputado federal; o conhecido pelego Paulinho Pereira, da Força Sindical e muitos outros, têm utilizado o sindicato como trampolim político, para garantirem altos salários e privilégios, sob o palavreado falso de estarem defendendo os trabalhadores.

Desde o início da greve na Avibras, o Boletim Nossa Classe denunciou e combateu a política de conciliação e traição da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos e levantou a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada! O Nossa Classe defendeu a greve com a ocupação da fábrica; que o sindicato convocasse a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba, para defender os empregos e a luta para impor a patronal e ao governo a estatização da Avibras, sem indenização ao patrão e sob o controle operário; que os sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da greve geral.

O Boletim Nossa Classe convoca os operários da Avibras em especial e todo operariado nacional, a expulsar a burocracia sindical traidora e construir as posições sindicais de luta, classistas e revolucionárias, para resgatar o sindicato para a luta de classes e colocá-lo a serviço da luta pela destruição do capitalismo, por meio da revolução proletária e da construção do socialismo.

## Formação Política do Nossa Classe

# A tática eleitoral do Partido Operário Revolucionário

Para o POR, a participação nas eleições e no parlamento burguês é uma questão tática e acontece apenas quando imperam as ilusões democráticas entre as massas. Por se tratar da luta no terreno democrático da burguesia, por meio do qual essa classe exerce sua dominação, a tática eleitoral do POR está subordinada ao método da ação direta e lhe serve apenas de auxiliar no combate para unir as massas sob a estratégia da revolução, para educá-las e para elevar sua consciência socialista, bem como à defesa do programa de destruição do Estado burguês.

A experiência mais bem-sucedida nesse sentido foi a dos bolcheviques, na Rússia. A intervenção dos revolucionários no parlamento serviu para ajudar o proletariado e os camponeses a verem que as eleições e o parlamento não passam de formas de domina-

ção de classe. É preciso combater sem trégua os partidos e candidatos que se dizem socialistas, e até comunistas, e mentem para as massas, prometendo que, caso sejam eleitos, irão melhorar a vida dos explorados.

Não se chega ao socialismo e ao comunismo por meio das eleições. Os explorados somente se libertam definitivamente das cadeias da democracia burguesa quando se constituem em força organizada e constroem seu próprio partido, operário revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo por meio da revolução social e da constituição de seu próprio governo — operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado — e da construção de uma nova sociedade, socialista, como transição ao comunismo (sociedade sem classes).

## Distribuição do Boletim Nossa Classe em São Caetano do Sul

Essa semana, a distribuição do Nossa Classe se deu em duas portarias na GM, com uma boa aceitação. Os militantes enfatizaram principalmente a matéria sobre o PDV nesta fábrica. O convite para o Encontro Operário também suscitou bastante atenção por parte dos operários.

Com relação à defesa do fim da jornada 6x1, os operários mostraram-se concordantes com esse absurdo de superexploração. Em um dos portões, nossa agitação se deu em torno ao fim da escala 6x1, com o método próprio de luta, que é a greve, a ação direta coletiva e nacional. Que o fim da escala 6x1 deve ser combinado com a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Por fim, evidenciamos a luta contra a dominação imperialista com o programa da revolução proletária. Defendemos o fim ime-

diato da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã. Neste ponto, os operários da GM estão ainda confusos, demonstrando, dessa forma, como a burguesia e seus meios de comunicação penetram na consciência da classe operária. Mostra também a atitude nefasta das burocracias sindicais que, na etapa de desintegração do capitalismo e diante de uma guerra onde um país oprimido está sendo agredido, os burocratas se mostram incapazes de defender a nação oprimida.

Os operários da GM não têm nenhuma simpatia pelo patrão, portanto assimilaram a ideia de que a unidade tem de ser com os explorados e que a defesa dos oprimidos deve ser incondicional. Dessa forma, receberam o Boletim com maior significado e empatia.

## Braskem coloca em risco operários e moradores da região de Capuava/Mauá

A distribuição do Boletim Nossa Classe na Braskem de Capuava, Mauá, aconteceu um dia depois da explosão de um flare (tocha que, na queima de gás, solta o fogo). Segundo a Braskem, foi um procedimento normal, que ocorreu porque a energia acabou e os geradores demoram um pouco para acionar. No entanto, segundo os operários, que estavam no horário da noite, foi assustador, principalmente por terem vivido no ano de 2023 a explosão de um tanque de gasolina (solda/pintura) e a morte de dois operários, além de alguns feridos.

Da mesma forma, os moradores do entorno da fábrica - os mais próximos tanto de Capuava como de São Paulo, nos bairros da Zona Leste, Parque São Rafael e São Mateus - vivem assustados com as explosões. E na madrugada do dia 18 de março não foi diferente. Além da explosão com um clarão assustador, as janelas tremeram e as luzes se apagaram.

Mesmo assim, a Braskem e seu complexo de empreiteiras seguem com sua conversa mole de que tudo está bem. Desde 2002, apesar da enorme produção de plástico e dos lucros obtidos, os patrões da Braskem, que vivem do bom e do melhor, destinaram muito pouco do que arrecadaram da mais-valia, exploração da força de trabalho, em benefícios dos operários e da melhoria das condições de trabalho. Ao contrário, foram favorecidos com os subsídios concedidos pelos governos. No entanto, não resta dúvida que foi com o governo Temer, que impôs a reforma trabalhista e expandiu a terceirização, que o patronato viu seu pleito ser alcançado com a eliminação de boa parte das conquistas dos trabalhadores.

Hoje, são inúmeras as terceirizadas nesse polo industrial, como a Tenenge de solda e pintura, responsável pelas mortes em 2023 dos operários; a Manserv na construção civil, que, segundo os operários, anda “mal das pernas” e, por isso, atrasa salários, como

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).  
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em  
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO  
SITE E REDES SOCIAIS  
ATRAVÉS DO QR CODE



aconteceu neste mês na Prometeon (antiga Pirelli). Na Braskem, os operários da Manserv tiveram de fazer a greve no ano passado para ter o reajuste salarial. Em cada empresa, são dezenas de terceirizadas, que pagam salário mais baixos e impõem uma brutal exploração do trabalho.

Não por acaso, as denúncias são grandes, que vão desde a exploração do trabalho, os baixos salários, as doenças de intoxicação pela exposição aos produtos químicos até os riscos de explosão. O problema está na falta de uma direção sindical de luta, capaz de

organizar os trabalhadores para enfrentar os patrões.

O Boletim Nossa Classe vem defendendo a necessidade urgente de organizar uma comissão de fábrica, capaz de unificar os trabalhadores efetivos e os terceirizados. E mostrando a importância da exigência de que as direções sindicais dos químicos do ABC, dos Petroleiros, Construmob e Siemaco convoquem uma assembleia geral unificada, para que aproveem a luta coletiva em defesa das reivindicações dos operários, entre elas a defesa do fim da terceirização e a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.



## Greve da Fasubra completa 1 mês diante da iminência da sanção presidencial de mais um PL de contrarreforma administrativa

*Superar a passividade para a greve ser vitoriosa*

A retomada da Greve da Fasubra pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024 completou um mês no dia 23 de março, contando com a adesão da categoria técnico-administrativa da educação federal de 51 Instituições Federais de Ensino (IFEs) nas diversas regiões do país. A assembleia do SINTUFSC de 26 de março aprovou a adesão à greve nacional a partir de 07 de abril, o que ampliará esse quadro. A greve enfrenta a intransigência do governo burguês de Lula/Alckmin que descumpre itens do TAG para garantir a política de teto de gastos e de contrarreforma administrativa.

No dia 30 de março, deve ocorrer o ato de sanção presidencial do PL 5872/2025, uma perversidade que se utiliza do divisionismo do sistema de carreiras para avançar com a contrarreforma administrativa nacional. Se no PL 1466/2025 (que deu origem ao GT da Reforma Administrativa e, depois, à PEC 38/2025) o governo Lula/Alckmin compilou milhares de mudanças de gestão de pessoal para o setor público federal, misturando ganhos obtidos em mesas específicas e corporativistas de reestruturação de carreiras com ataques oportunistas, no PL 5872/2025 deu-se um passo adiante, reproduzindo a tática anterior e, ainda, apensando PLs (5893/25, 6170/25 e 1/26). A criação arbitrária do Instituto Federal do Sertão da Paraíba, através da cisão do IFPB, como um presente para a oligarquia de Hugo Motta, ilustra o caráter nefasto desse pacote e da frente ampla.

Especialmente para a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), o PL 5872/2025 impõe três grandes ataques: a abertura da contratação de TAEs temporários para atuar com Pessoas com Deficiência (PcDs); a restrição da jornada flexibilizada (para quem realiza atendimento ao público); e a instituição de um Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) que exclui a possibilidade de obtenção pelos aposentados e por parte da ativa. Essas medidas estão em oposição frontal ao Termo de Acordo da Greve de 2024.

Contudo, através de pronunciamento oficiais em redes sociais e eventos, o governo Lula/Alckmin vem divulgando que cumpriu integralmente os itens acordados com os TAEs, zombando da greve em curso e sinalizando que seguirá descumprindo 22 itens do TAG de 2024, de forma parcial ou integral, o que inclui a matriz única (estabelecimento de nível/piso referência); o reposicionamento dos aposentados; a racionalização de cargos ocupados e suspensos; a revisão de fazeres/atribuições; concursos de Intérpretes de Libras (Nível E), com aumento de vagas para estes cargos; a jornada de 30 horas semanais para todos os TAEs, RSC conforme elaboração da CNSC etc.

A conduta do governo nacional-reformista se dá diante da complacência das direções majoritárias do movimento sindical

que, para sustentar a governabilidade burguesa, sistematicamente, anulam a luta e organização independente dos explorados. Nessa direção vale ressaltar o histórico de capitulação das burocracias sindicais à política do governo, o que, após o encerramento da greve de 2024, passa pelo aceite da racionalização via macrocargos; o aceite da prorrogação do prazo para os encaminhamentos necessários à implementação dos itens acordados; o aceite do RSC negociado para 75% dos ativos; a proposta de concessão da aceleração da progressão aos aposentados como alternativa ao reposicionamento dos aposentados à revelia das instâncias sindicais; e, principalmente, o adiamento da retomada da greve.

O fato é que, apesar das direções e da demora, a categoria retomou a greve nacional. E, apesar das declarações, o governo não agiu para judicializar e criminalizar o movimento grevista, pois sabe que descumpriu o TAG. O governo age com desdém e chantagens contando que a greve seja passiva e acabe por inanição. Nesse sentido, a greve da Fasubra precisa romper com a passividade e reforçar mobilizações massivas que repercutam nacionalmente e obriguem o governo a mudar de postura.

É preciso seguir o exemplo do Pará, onde por meio da ocupação, os povos indígenas saíram vitoriosos e derrotaram ataques do governo estadual (2025) e do governo federal (2026). O movimento grevista dos TAEs precisa recorrer às assembleias presenciais e às ações diretas sincronizadas nacionalmente como forma de impulsionar uma greve ativa e massiva, que ganhe o apoio da comunidade universitária e da população. Junto a isso os sindicatos que ainda não aderiram à greve devem rever sua posição, colocando-se pela unidade grevista. A Corrente Proletária/POR mantém erguidas as bandeiras divulgadas na nota "Retomada da Greve da Fasubra expressa resistência do baixo funcionalismo à contrarreforma administrativa nacional" publicada em 02 de março.

Não se pode perder de vista que em breve as lideranças sindicais vão se lançar no circo eleitoral da democracia burguesa. Utilizarão a caracterização de "Congresso inimigo do povo" para tentar eleger "amigos do povo", no caso eles próprios. O essencial está em que a campanha eleitoral dos governistas e da oposição parlamentar estará completamente à margem da luta dos explorados pelas suas reivindicações e métodos próprios de luta. É sobre a base do programa próprio, portanto, em defesa do salário mínimo vital, da estabilidade no emprego, da redução da jornada sem redução salarial, da revogação das contrarreformas, do financiamento integral da educação pelo Estado, e do método da ação direta coletiva, que enfrentaremos a política burguesa e suas variantes e fortaleceremos a construção de uma fração classista e revolucionária no movimento sindical.

## CNG Fasubra: a falsa dicotomia e a necessária divisão de tarefas na greve

Durante os trabalhos do Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra, um episódio revelou, mais uma vez, os limites do método da burocracia sindical. A coordenação da pasta da Mulher Trabalhadora agendou a reunião de organização da atividade em celebração ao Dia da Mulher Trabalhadora para o exato momento em que ocorriam as reuniões das comissões do CNG, no dia 12/03. Como desdobramento, a coordenadora cancelou a reunião da Comissão de Secretaria e proferiu críticas às demais comissões (como Infraestrutura e Comunicação) por não terem paralisado suas atividades para garantir a participação das mulheres do Comando na reunião organizativa da atividade.

Essa postura cria uma falsa oposição e demonstra uma profunda incompreensão sobre o funcionamento de um verdadeiro comando de luta. Primeiramente, é preciso destacar o óbvio: todas as comissões do CNG são compostas por homens e mulheres. O pleno funcionamento dessas comissões é a engrenagem essencial para que o CNG cumpra o seu papel, que é dirigir politicamente a greve para o conjunto das bases da Fasubra — uma categoria,

fundamentalmente, formada por trabalhadores e trabalhadoras.

A importância da atividade do Dia da Mulher Trabalhadora é inquestionável. No entanto, o reconhecimento dessa pauta não significa desmobilizar o Comando de Greve. Pelo contrário, o método operário para resolver essa questão atende pelos nomes de camaradagem e divisão de tarefas.

Não havia qualquer necessidade de sabotar o funcionamento de uma instância para que a outra se reunisse. Com uma correta divisão de tarefas, as comissões poderiam continuar operando e organizando a greve, enquanto parte da militância se dedicava à reunião de mulheres. Ao ignorar essa premissa básica da solidariedade de classe, a burocracia da Fasubra trata a pauta das mulheres como algo descolado da luta geral da categoria, enfraquecendo tanto a mobilização contra a opressão quanto a própria direção política da greve. A emancipação das mulheres trabalhadoras e a vitória do movimento grevista caminham juntas e exigem organização, não a paralisação das ferramentas de luta.



## São Paulo - Corrente Proletária- Funcionários de escolas Realizado o VI Congresso da Capital AFUSE

No dia 13 de março, foi o realizado o VI Congresso da Capital dos funcionários de escolas. Como era esperado, o Congresso serviu unicamente para defender a reeleição de Lula e seus aliados. Como ocorreu?

O Congresso foi dividido em duas etapas. A primeira com a apresentação do presidente da CUT estadual, Raimundo Suzart, fazendo um panorama da situação geral dos sindicatos e enfatizando a importância da colaboração de classes. Em seguida, houve a exposição do deputado estadual Vicentinho, que se ocupou a dizer que no Congresso Nacional existe uma ampla representação do empresariado, agronegócio e conservadores, que não fazem outra coisa senão retirar direitos dos servidores públicos, em particular a PEC 32, que elimina a estabilidade. Isso para concluir de que é necessário reeleger Lula e modificar a correção de forças no Congresso Nacional, elegendo mais parlamentares “comprometidos” com a luta dos trabalhadores. Depois dos discursos, a burocracia do sindicato abriu perguntas para três delegados, sendo um deles a própria presidente Rosana, que não poderiam ultrapassar dois minutos.

Ainda nessa etapa, houve a palestra de Flávio Urra (USP) do Grupo “Entre Nós” com o projeto: E Agora José? Que tem o objetivo a “Educação Popular”, para homens compreenderem seu posicionamento de masculinidade na sociedade, seja por denúncia de violência doméstica ou auto consciência para melhorar as relações pessoais com esposa, filhas e mulheres em geral. Tudo não passou de distração.

Mas a pior parte ainda estava por vir. Na segunda etapa, a burocracia dividiu os funcionários em dois grupos: aposentados e os da ativa. Para os aposentados, trouxe uma psicóloga, nos moldes de auto ajuda, para fazer com que os aposentados não se revoltam contra os baixos salários e suas condições miseráveis de vida. Os aposentados não tiveram o direito de contestar a farsa montada

pela burocracia do sindicato. Para piorar ainda mais, os burocratas contrataram uma pastora para cantar uma música gospel. Isso é ou não é o fim do mundo! É o não é o que o governador direitista Tarcísio espera de uma direção colaboracionista!

No grupo dos funcionários da ativa, a direção se limitou a passar boletins com informes de recadastramentos, remoção e um Ato do Funcionalismo para 20/3. Demagogicamente, a burocracia disse que os reajustes são irrisórios. E apenas comentou sobre o PDI (Plano de demissão incentivada) sem maiores esclarecimentos. Mas houve alguns funcionários que externaram a importância da convocação de assembleia para discutir as condições de trabalho.

Como se vê, o VI Congresso em vez de discutir e aprovar resoluções em favor dos salários, melhores condições de trabalho, fim da terceirização, efetivação dos terceirizados e a necessidade urgente de organizar os funcionários de escolas, ao contrário, não deu um passo à frente. Foi mais um dia de discursos e eleitoralismo.

A Corrente Proletária interveio distribuindo seu Manifesto: “Combinar a luta pelas reivindicações elementares dos trabalhadores com a luta anti-imperialista”. Expôs sua banca de materiais do partido e usou a tribuna para se posicionar diante da situação política e defender o plano de luta. Eis os principais pontos do plano: pôr em pé um movimento de frente única anti-imperialista, que o sindicato se posicione pela independência política em relação aos governos burgueses, por um salário mínimo vital, que permita sustentar a família, com seu valor discutido em assembleia geral; redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho; fim das terceirizações e dos contratos temporários; efetivação de todos os que trabalham na escola; recomposição dos cargos extintos de Agentes de Serviços Escolares e Secretários de Escola; e fim da extinção dos cargos vagos de Agentes de Organização Escolar.

São Paulo

## As condições de trabalho nas escolas estaduais

Os Agentes de Organização Escolar sentem no bolso o salário cada vez mais corroído pelo custo de vida. Soma a essa situação as condições de trabalho, a redução dos números de funcionários efetivos e as contratações temporárias que ganharam nova forma “banco de talentos”. Somos atraídos com a perfumarias dos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação “profissionalizantes” aos funcionários efetivos. Com toda essa situação caótica que convivemos dentro das escolas estaduais, surgiu a ideia de “prontuários digitalizados” na secretaria digital. Exigência da Seduc.

Nesse contexto, temos os aspectos da reforma administrativa colocados em prática. As contratações via “banco de talentos” é um passo para não se ter os concursos públicos que tanto a direção do sindicato “AFUSE” escreve nos seus boletins informativos, sem, contudo, convocar as assembleias para unir forças em defesa das reivindicações.

O estado terceirizou o setor da limpeza e o setor da cozinha dentro das escolas. Os professores convivem com contratos temporários cada vez mais precarizados. Agora, convivemos com o cargo de Agente de Organização escolar extinto.

O que fazer? Os Agentes de Organização Escolar precisam confiar nas nossas forças para cobrar da direção da AFUSE as assembleias. No dia 10 de abril, ocorrerá o ato do funcionalismo público. As direções sindicais devem organizar a luta no campo da independência política diante dos governos e sob o programa de reivindicações próprias. É urgente unificar um só movimento os funcionalismo estadual e municipal contra a contrarreforma administrativa. Que a direção da Afuse convoque os funcionários de escolas à paralisação dos dias 9 e 10 de abril.

São Paulo

## Estudantes secundaristas ocupam a Seduc

Um grupo de manifestantes organizado pela União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) ocupou uma sala da Seduc-SP no dia 25/3. O grupo reivindicava melhores condições de ensino e valorização dos professores. A desocupação veio com a repressão policial, na madrugada do dia 26/3. Os estudantes foram levados algemados à delegacia, onde foram ouvidos e liberados. Não se sabe ao certo ainda como pode evoluir a questão legal decorrente da desocupação, se os jovens serão processados ou não.

A ação estudantil possui uma importância, devido à necessidade de unificação entre os movimentos estudantil e sindical para enfrentar o inimigo em comum, que é o governo Tarcísio/Feder. O combate em defesa da educação pública exige, além da unidade, o método correto de luta, que é ação direta coletiva, como as greves, atos de rua e as ocupações. Em 2015-2016 ocupações de escola pelos secundaristas colocou os governos contra a parede e levaram a conquistas importantes. Diferentemente dos métodos empregados pelas direções sindicais, como a Apeoesp, que têm depositado todas as suas fichas na pressão parlamentar, eleitoralismo, medidas judiciais e negociações de bastidores, bloqueando o caminho da greve.

A ocupação da Seduc, no entanto, tende a permanecer como um fato isolado. Isso porque as próprias direções do movimento estudantil não prepararam a ação, de modo que a ocupação não pôde expressar uma mobilização em curso, sobre a qual pudesse

se apoiar. Não convocaram as assembleias estudantis, não organizaram uma verdadeira campanha desde as bases. Agora, a única forma de reverter esse quadro é a greve de professores dos dias 9 e 10 de abril extravasar os limites impostos pela burocracia sindical, se converter em greve por tempo indeterminado e avançar para uma poderosa paralisação das escolas, o que favorecerá a unidade na luta com os estudantes.

A Corrente Proletária/POR se coloca pela luta unitária e massiva em defesa das reivindicações da juventude e dos trabalhadores, o que passa por constituir as assembleias e comitês conjuntos, pela aprovação das bandeiras comuns e métodos de luta combativos. Está aí o caminho, inclusive, para enfrentar as possíveis punições aos jovens que participaram da ocupação, em defesa da livre manifestação e do direito de greve. Esse é o caminho da vitória.



Rio Grande do Norte

## Boletim da Corrente Proletária na Educação, março/2026

### Diversos ataques às condições de vida do magistério do RN

O magistério público da rede estadual de Natal, São Gonçalo do Amarante e de outros municípios, mais uma vez, enfrenta a novela anual do repasse do Piso. Aquilo que deveria ser repassado automaticamente em janeiro, arrasta-se em discussões infundadas, para então entrar dentro dos cálculos políticos dos governantes,

que se aproveitam politicamente quando o percentual lhes convém, isto é, quando o percentual é miserável, estando de acordo com a eterna política de austeridade.

O Boletim traz a denúncia de que os professores de Natal en-

frentam o problema da fragmentação em três regimes, que divide a categoria e afeta as condições de trabalho, repercutindo no 1/3 da hora-atividade (planejamento). A perda salarial já chega a mais de 60%, que é desconhecida pela prefeitura. A luta pelo fim da fragmentação dos três regimes e pela salário mínimo vital deve ser retomada, junto à campanha salarial.

O Boletim levanta um conjunto de reivindicações para unificar o magistério de Natal: 1) Fim da fragmentação em três regimes (058, 114 e 241); 2) Unificar em torno de um piso salarial vital (segundo o Dieese, R\$ 7.147,91); 3) Jornada máxima de 20h, sem redução de salário; 4) Respeito ao direito do 1/3 de hora-atividade; 5) Planejamento em local de livre escolha do docente; 6) Progressões automáticas, a cada 2 anos, a partir do ingresso no cargo; 7) Máximo de 25 alunos por turma; e não mais que 15 alunos na educação infantil; 8) Recomposição imediata das perdas salariais de mais de 60%.

Em São Gonçalo do Amarante/RN, o prefeito Jaime Calado (PSD) impôs o ponto eletrônico e já repercutiu em descontos salariais. Trata-se de um ataque à liberdade de cátedra e à liberdade sindical, inibindo os professores de comparecerem à luta e às

assembleias. O piso salarial só será repassado para uma pequena parcela do magistério; e 30 terceirizados da limpeza foram demitidos, e os demais com atraso de salário.

Depois que a lei do Piso entrou em vigor (2008), as campanhas salariais ficaram restritas ao repasse do Piso, de modo que a tendência das direções sindicais, na prática, foi de abandonar a campanha salarial própria, discutida em assembleias democráticas pelo conjunto da categoria.

A Corrente Proletária entende que a tarefa do movimento sindical dos trabalhadores em educação é resgatar a campanha salarial própria, com independência de classe e, nessa luta, organizar a pauta de reivindicações.

A defesa da escola pública, alvo de todo tipo de ataque dos governantes, comparece como medida fundamental dos trabalhadores classistas. Portanto, o fortalecimento da fração combativa de trabalhadores, organizados desde as escolas, criará as condições políticas adequadas para a construção dos métodos e táticas de luta na defesa da educação pública.

## Pernambuco- IFPE

# Formação da chapa “Sindsifpe classista e independente” é expressão organizativa da greve de 2024

O processo eleitoral para o sindicato dos servidores federais de Pernambuco se encerrou com a inscrição de única chapa, Sindsifpe Classista e Independente. Esta chapa é composta por um esforço da Corrente Proletária na Educação e de independentes que participaram da greve de 2024.

Parte da atual gestão do Sindsifpe era composta por militantes do PT, que após a greve nacional da educação federal de 2024 abandonaram a gestão sindical, inclusive, para assumir cargos ligados à Reitoria. Deixaram de convocar as rodadas de assembleias nos campi, se restringindo a realizar assembleias gerais híbridas chamadas às vésperas de movimentação nacional, principalmente paralisações e plenárias. As paralisações nacionais convocadas pela direção nacional do Sinasefe não repercutiram no IFPE, porque não passaram de aprovação formal. Não foi construída na base as campanhas pelo atendimento dos acordos de greve, contra o corte de verbas da educação e contra a Reforma Administrativa. Assim, após a greve, onde a base do IFPE mostrou disposição de luta e, inclusive, foi contra o acordo rebaixado que levou ao fim da greve, a direção do PT passou a boicotar os métodos de organização da base, chegando ao ponto de abandonar a gestão.

Diante disso, o processo eleitoral foi convocado em setembro de 2025, mas diante das dificuldades organizativas da gestão, o cronograma e regimento foram apresentados apenas na última semana de dezembro para as eleições ocorrerem nas férias, de forma antidemocrática. A oposição que construiu a chapa Classista e Independente chamou boicote das eleições nas férias. Nenhuma chapa se inscreveu.

A assembleia de 24 de fevereiro aprovou um novo cronograma, com prazo de inscrição até 22 de março. O grupo de oposição passou a se reunir com alguns servidores que participaram da greve e com servidores que ingressaram este ano no IFPE, para defender a importância do sindicato que sirva de instrumento de luta para os trabalhadores, independente de governos e da burocracia institucional, que retome as assembleias presenciais nos campi e que tenha seus recursos utilizados para o fortalecimento da luta sindical – por isso, apresentamos a defesa do nome chapa como “Sindsifpe Classista e Independente”, que foi a única inscrita no processo eleitoral e, por isso, assumirá a gestão por aclamação na assembleia de posse no próximo dia de 01 de abril.

A Corrente Proletária na Educação participou do último processo eleitoral (biênio 2024-2026) na chapa de oposição “Luta e Resistência” junto com alguns servidores que também compõem a chapa “Sindsifpe Classista e Independente”. Há dois anos participou do processo eleitoral defendendo os mesmos 3 principais pontos que reafirmamos agora: independência perante os governos; democracia sindical, por meio da retomada das assembleias presenciais e dos métodos de luta próprios dos explorados; transparência no uso dos recursos financeiros do sindicato, que devem ser aprovados em assembleia. Na época, foi feita uma ampla campanha contra o processo antidemocrático que impunha um recadastramento obrigatório, divulgado nas festividades de dezembro de 2023, que concluiu limitando significativamente o número de filiados aptos a votar. Conseguiu reverter e todos os filiados puderam votar. Apesar das dificuldades de enfrentar um processo eleitoral contra a chapa da situação (PT), obtive cerca de 40% dos votos.

Por isso, a chapa Sindsifpe Classista e Independente expressa o trabalho de continuidade da defesa política do sindicato enquanto instrumento de luta. Do grupo, que apesar de perder as eleições, continuou fazendo campanha em defesa da independência do sindicato, materializada na defesa e construção da greve da educação federal de 2024, enquanto a direção do PT boicotava as assembleias para não ter a aprovação da greve na seção. Com a pressão da base, a greve foi aprovada, e a luta da oposição foi para construção de uma greve ativa, com paralisação dos campi e atos de rua. Enquanto a burocracia da direção nacional defendia o acordo de greve rebaixado, defendemos a importância de avançar na luta e fortalecer a greve contra as chantagens e migalhas do governo. Por isso, fomos uma das seções que negou assinar o acordo que pôs fim à greve da Educação Federal de 2024.

Foi no processo de construção da greve que parte dos servidores tomaram consciência da importância de fortalecer e disputar a direção do sindicato, surgindo o “Coletivo Oposição”, que fez campanha contra a Reforma Administrativa e contra o processo antidemocrático de eleições sindicais no período de férias dos servidores (em janeiro de 2026). E, foi desse trabalho de atuação política que se formou a chapa “Sindsifpe Classista e Independente”.

## SinTUFABC: Assembleia elege um delegado porista para o 6º Congresso da CSP-Conlutas



No dia 18 de março de 2026 ocorreu a Assembleia do SinTUFABC que pautou a Greve da Fasubra e o 6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). Em relação ao Congresso, pontuou-se que o SinTUFABC é filiado à CSP-Conlutas, embora tal filiação estivesse com problemas em função do não pagamento das mensalidades, o que foi regularizado pela atual gestão do sindicato. Foram lidos dez princípios do SinTUFABC, para orientar a intervenção da delegação do SinTUFABC no Congresso.

Os princípios são os seguintes: independência de classe; contra o imperialismo, o capitalismo e todas as formas de exploração; solidariedade e internacionalismo; democracia sindical e participação de base; combate à burocratização do sindicato; defesa do direito de greve e das liberdades democráticas; contra todas as formas de assédio e opressão; defesa do serviço público e da educação pública; unidade de ação e construção de um campo combativo da classe trabalhadora; compromisso com a transformação social. Em seguida, abriram-se as inscrições, quando se inscreveram três chapas: Chapa 1 (Corrente Proletária/POR); Chapa 2 (Movimento pela Frente Socialista Revolucionária - MFSR); e Chapa 3 (Bloco Operário e Popular).

Em sua defesa, a Chapa 1, do POR, distribuiu o Boletim CPE-SinTUFABC com uma síntese das nossas propostas enviadas ao 6º Congresso da CSP, apresentou seus componentes, afirmou que não há contrariedade com os princípios do SinTUFABC, apresentou algumas das nossas publicações, como o Jornal Massas em que nossas propostas para o 6º Congresso da CSP foram publicadas na integralidade e folhetos, ressaltou que disputa o 6º Congresso da

CSP como faria com qualquer outra central que o sindicato fosse filiado, e não reivindica a CSP-Conlutas como expressão da independência de classe, inclusive exemplificando que na Bolívia, onde o POR tem mais de 90 anos, há uma única central, a COB e, a partir disso, expôs algumas das nossas bandeiras, com destaque para a política de combate à cisão das organizações de massas, visto que devido à política burocrática e aparelhista dos partidos no Brasil há mais de 12 centrais sindicais, o que contraria a própria concepção de Central e dificulta a convocação de uma Greve Geral, e à defesa da constituição de uma Frente Única Anti-imperialista e da convocação de um Dia Nacional de Luta, por um programa próprio, como ponto de partida à convocação de assembleias em todo o país visando erguer um movimento geral dos explorados.

Na defesa da Chapa 2, formada pela organização Emancipação Socialista, foi destacada a caracterização de que estamos em uma situação reacionária, marcada pelo crescimento da extrema-direita e a proposta de estabelecer limite de mandatos para dirigentes sindicais da CSP-Conlutas, como forma de combater à burocratização. Destacamos que a trajetória do próprio SinTUFABC, onde o maior burocrata do sindicato integrou somente duas gestões sindicais, demonstra que a burocratização não necessariamente está ligada ao tempo em que o dirigente integra os organismos do sindicato, mas, fundamentalmente, à política de classe que encarna.

Em suas intervenções, a Chapa 3, formada pelo PSTU, se viu obrigada a responder às críticas do POR quanto ao divisionismo sindical, o que acabou por revelar a ausência de um balanço crítico e autocrítico e a inconsequência do centrismo. No caso, o militante morenista reafirmou a divisão estabelecida no ato classista do 1º de maio de 2025 em São Paulo, declarando que o ato do Teatro Municipal foi maior que o ato da Praça da Sé, querendo justificar à divisão, e colocou a impossibilidade de unificar as centrais, ignorando a política divisionista e a necessidade de um levante da classe operária que supere as burocracias aparelhistas, tanto de direita (Força Sindical), como de centro (CUT), e de esquerda (CSP).

Em votação, as Chapas 1, 2 e 3 obtiveram 20, 24 e 5 votos, respectivamente, o que, pela proporcionalidade direta, garantiu a eleição de um delegado da Chapa 2 e um delegado da Chapa 1. Consideramos um excelente resultado, que expressa a intervenção sistemática da Corrente Proletária/POR entre os trabalhadores técnico-administrativos da UFABC. Houve ainda 16 abstenções, entre as quais a do MLC/UP que declarou voto alegando esvaziamento da construção junto à base do sindicato. Em resposta a isso, ressaltamos que em reunião da Coordenação Executiva do SinTUFABC em 2025 a CP/POR propôs iniciar uma sessão de debates no Boletim do SinTUFABC, começando justamente pelas Centrais Sindicais, mas, naquele momento, não houve acordo em encaminhar essa proposta, portanto, se houve esvaziamento não foi responsabilidade da Corrente Proletária/POR.

### Rio de Janeiro

## Em meio à ascensão da barbárie, 8 de março foi realizado

Quem acompanhou os noticiários cariocas nos primeiros meses do ano se surpreendeu com casos bárbaros de violência contra as mulheres. Os casos mais chocantes foram o estupro coletivo contra uma jovem de 17 anos em Copacabana e o estupro de uma mulher em Nilópolis - Baixada Fluminense - que, quando saiu para ir à delegacia denunciar seu agressor, o mesmo invadiu a sua casa e assassinou seu filho de 11 anos em represália a denúncia.

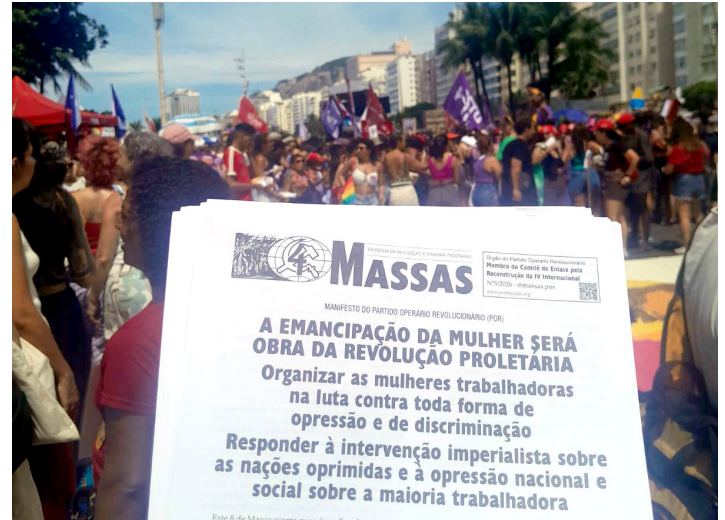
É nesse contexto de extrema barbárie social que foi realizado o ato do 8 de março em Copacabana. O ato, que contou com a presença de movimentos sociais e partidos políticos, reuniu uma grande parcela de manifestantes apesar das circunstâncias. Mesmo com a burocracia - no ato representado pela CUT - não tendo convocado as bases para se somar ao ato, o que se viu foi de fato uma adesão considerável de militantes.

Apesar do grande número de pessoas, o que se viu foi uma blindagem do governo Lula/Alckmin mobilizados pelas forças construíram o ato, além da manifestação ter servido de palanque eleitoral para figuras como Lilian Behring (PCdoB) e Elika Takimoto (PT) exporem sua política reformista e pequeno-burguesa já visando o pleito eleitoral no final do ano. Além delas, partidos centristas como o caso da UP também usaram o ato para fazer campanha para suas candidaturas prévias.

Independente da esquerda nacional-reformista ou os partidos centristas, o discurso de ambos reflete a ilusão de que é possível reformar o capitalismo para superar as questões de “gênero” por meio da disputa eleitoral ou cartas de reivindicações. Mesmo os partidos que ainda falam nas palavras “socialismo” ou “revolução” - como o caso da UP e do PCBR - ainda assim não são capazes de vincular a superação da violência contra as mulheres com organização da classe operária e da maioria oprimida por meio das greves e ações diretas.

É nesse contraste que o POR atuou no ato. Na impossibilidade de fazer uma fala devido a burocratização do ato, atuamos com o nosso manifesto no qual colocamos a centralidade da convocação de um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações elemen-

tares da massas vinculada à luta contra o avanço bélico do imperialismo como um dos principais perpetuadores das múltiplas formas de opressão.



## Rondônia

### 8 de março: manifestação festiva e eleitoreira



O mês de março em Rondônia foi marcado por atividades que têm como foco o papel da mulher na sociedade como força de trabalho. Sem dúvida, não poderia estar ausente o debate de políticas de proteção à vida como parte das reivindicações das mulheres. Dados têm mostrados que Rondônia lidera as taxas de feminicídio.

Nesse mês, não faltaram festividades que colocaram a mulher como protagonista da animação como “Canta Mulher”, dramatizações que expõe a mulher como torturada e que precisa de amparo das políticas públicas como “A Casa-Abriço”, “Formação da de Empreendedorismo Feminino”, “Exposição e Feira da Mulher Empreendedora”, “Cursos oferecidos pelo CEBRAE”, “Audiências públicas” etc. No entanto, o destaque da data do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora não pode se pautar por tais políticas. Ao contrário, deve estar centrado na luta contra todas as formas de opressões de classe, impostas pelo capitalismo. No caso da mulher, não resta dúvida de que as reivindicações de trabalho igual, salário igual, fim das jornadas estafantes, em particular a 6X1, proteção à maternidade, direito ao aborto entre outras reivindicações permitem unificar as mulheres trabalhadoras.

A CUT/RO e outras organizações chamaram timidamente no sábado, 7 de março, um ato simbólico em Porto Velho, por meio do Comitê Contra o Feminicídio do Estado de Rondônia. O protesto ocorreu na Praça da estrada de ferro Madeira Mamoré. A manifestação tinha como objetivo teatralizar as ações violentas de feminicídio e defender que a solução para as mazelas do capitalismo está na via eleitoral. Houve o comparecimento de pouco mais de duas dezenas de pessoas. Após o teatro, aconteceram poucas falas de burocratas, cobrando as políticas de assistência e não abriram para intervenções de outras correntes políticas presentes, como o POR.

No dia 13, a Via Campesina chamou um ato indicado pela jornada das mulheres no 8 de março, que aconteceu no Centro Político Administrativo do Governo de Rondônia (CPA) em Porto Velho. Houve a encenação um “Tribunal Popular das Mulheres”. Os dois atos seguiram o mesmo propósito, o de chamar os presentes para elegerem seus “representantes” no parlamento.

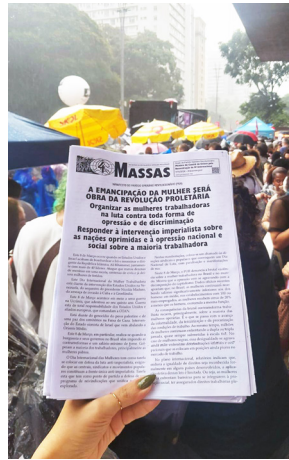
É fato que as direções sindicais e populares transformaram o 8 de março em dia festivo, para distribuir flores e presentes, ao invés de lembrar o exemplo de resistências contra a mortes de mulheres operárias em Nova York e outras partes do mundo ao longo da história. Hoje, a maioria dos movimentos sociais esquece as questões vinculadas à exploração de classe e tratam apenas de conflitos sexistas, obscurecendo que o fim da opressão sobre a mulher depende do fim de todas as formas de opressão e exploração de trabalho.

Em nenhum dos atos, o POR teve direito à fala. A militância criticou a conduta dos dirigentes dos atos e aproveitou para distribuir o manifesto nacional sobre o 8 de março e em defesa da autodeterminação dos povos. O POR fez também a distribuição do manifesto, no dia anterior na Avenida 7 de Setembro, para estudantes e trabalhadores do comércio nos pontos de ônibus.

A Corrente Proletária/POR chama a vanguarda que vem despontando nas lutas a constituir um polo classista e de combate a todas as formas de opressão de classe. E enfatiza que o fim da opressão sobre a mulher é parte do programa da revolução social, para pôr fim a raiz da opressão, que é o capitalismo.

São Paulo

# Direções subordinam a luta das mulheres à disputa eleitoral

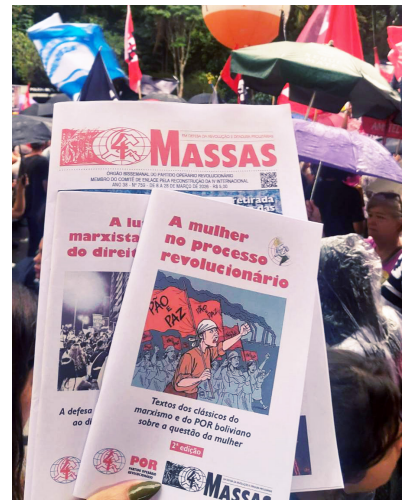


da pelo Partido ao longo de todas as reuniões de organização e a política levada ao ato foi a de defender um Dia Nacional de Luta, pelos direitos das mulheres e de todos os trabalhadores, por salários, por moradia, contra a escala 6x1, exigindo a revogação das contrarreformas. Além disso, o POR defendeu o caráter internacionalista que esteve presente na origem do 8 de Março, afinal, a conjuntura de diversos ataques do imperialismo, com guerras em várias regiões e com as grandes potências se armando, colocava a necessidade de pôr em pé uma Frente Única Anti-Imperialista.

No dia 8 de março, ocorreu em São Paulo a manifestação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. O ato, que começou no MASP e terminou com uma caminhada até a Praça Roosevelt, ocorreu debaixo de um grande temporal. Apesar de o mau tempo ter afastado parte das pessoas, os militantes de base das correntes sustentaram a atividade até o fim, terminando o ato com cerca de 1.000 manifestantes. Do ponto de vista do conteúdo, prevaleceu a política eleitoreira dos reformistas e centristas. A marcha não contou com a presença organizada dos trabalhadores de base, apesar de muitos sindicatos terem participado da organização. O que indica que não houve empenho das burocracias sindicais, que não convocaram as assembleias de base para levar os trabalhadores.

Além do número de pessoas reduzido com relação aos anos anteriores, a chuva também atrapalhou o caráter festivo que as organizações planejavam dar à manifestação. Diversos artistas que estavam confirmados desmarcaram no mesmo dia, e as intervenções que ocorreriam entre os blocos de fala não existiram. Além disso, algumas parlamentares também não apareceram para fazer fala debaixo da chuva.

O POR esteve presente com um manifesto, seus materiais de propaganda e fez uma fala no carro de som. A campanha monta-



A superação de todas as formas de opressão, incluindo a opressão sobre a mulher e a opressão nacional, será obra da revolução proletária. Para isso, a classe operária e demais explorados devem retomar os sindicatos e centrais para a luta, expulsando de suas direções a casta burocrática e eleitoreira, que é avessa ao combate em defesa das reivindicações elementares das massas. É preciso que a luta dos oprimidos se dê no campo da independência de classe e com os métodos próprios do proletariado (greves, bloqueios de avenida, manifestações de caráter combativo, e não festivo). Essa é a tarefa colocada para pôr fim ao capitalismo e, assim, abrir caminho para a eliminação de toda forma de opressão.

LANÇAMENTO

**A luta dos marxistas na defesa do direito ao aborto**

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



A defesa do Partido Operário Revolucionário ao direito ao aborto legal às mulheres

2025



POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

**RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES**

R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Brasília

## 8 de março como palanque eleitoral

No Distrito Federal, a convocação para o 8 de março foi encabeçada pela CUT-DF e por movimentos como o “8 de Março Unificadas do DF e Entorno”, sob o eixo “Mulheres do DF e Entorno marcham contra a violência e pela vida”. A retórica oficial da organização, expressa em falas que propunham “transformar o luto em luta” e exigir o direito à vida, prometia uma jornada de pressão política. O roteiro divulgado marcava a concentração no Eixo Cultural Ibero-Americano (antiga Funarte), de onde a marcha deveria seguir até o Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal (GDF).

No entanto, a realidade do ato escancarou a política de apaziguamento das direções burocráticas. A manifestação foi esvaziada de seu caráter de classe e de confronto, assumindo um formato predominantemente festivo e cultural, diluído entre as performances artísticas. Pior do que a folclorização da data foi a sua instrumentalização: o espaço foi convertido em um verdadeiro comício eleitoral, dominado por discursos de diversas parlamentares, subordinando a urgência da pauta das mulheres aos interesses do calendário institucional. As denúncias foram substituídas por gritos de “Fora Ibaneis” e “Fora Celina”. A Corrente Proletária/POR esteve presente com a distribuição de manifesto.

A expressão máxima do imobilismo dessa direção se deu na própria dinâmica da rua. A organização recuou de forma vergonhosa do trajeto previsto. Em vez de marchar até o Palácio do Buriti para cobrar o poder público de forma incisiva, a caminhada se

resumiu ao percurso até a Feira da Torre de TV, ou seja, na prática, o ato apenas atravessou a rua.

Um “ato parado” não impõe pressão nem organiza a revolta. A decisão de abortar o trajeto até a sede do governo e evitar o tensionamento político é o retrato fiel do limite das burocracias. Fica evidente, mais uma vez, que sem independência de classe e sem uma ruptura com as alas eleitoreiras, o movimento de mulheres corre o risco constante de ser transformado em mera plateia para políticos e em evento de comemoração inofensiva.

Para superar esse imobilismo e a política de conciliação, a resposta histórica e necessária é a independência de classe. A emancipação da mulher trabalhadora não virá de alianças com setores da burguesia, de apelos pacíficos ao Estado capitalista ou de frentes eleitorais que esvaziam as ruas para encher as urnas. A opressão contra a mulher não é desvio moral, mas pilar de sustentação do próprio sistema capitalista, utilizados para baratear a força de trabalho e dividir a classe operária.

Portanto, é urgente romper com as burocracias que atuam como correia de transmissão de governos e patrões dentro dos movimentos sociais. A verdadeira saída exige a auto-organização das mulheres trabalhadoras, nos locais de trabalho e estudo, conectando suas reivindicações vitais à luta de conjunto da classe operária. Não há libertação das mulheres sem a destruição do capitalismo; e essa tarefa só poderá ser levada a cabo por meio da revolução socialista e da construção de um governo operário.

São Paulo - ABC

## 14 de Março:

## Ato Regional das Mulheres em Diadema

Em 2026, o Ato Regional do ABCDMRR no contexto do Dia Internacional da Mulher Proletária (8 de março) ocorreu em Diadema, no sábado, dia 14 de março. Convocado pela Frente Regional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o ato teve concentração na Praça da Igreja Matriz e marchou até a Praça da Moça, reunindo cerca de duas centenas de mulheres e ativistas da região, e chegou a interromper a circulação do trólebus em uma via do Corredor ABC.

A militância porista participou das reuniões de preparação e se fez presente no ato com seus militantes, faixa, bandeiras, pirulitos, publicações, e manifesto. Nossas camaradas técnico-administrativas também integraram a delegação do SinTUFABC presente na manifestação.

No pronunciamento do POR, na Praça da Moça, denunciemos a ofensiva imperialista contra as nações oprimidas, especialmente Brasil, Venezuela, Cuba, Irã e Faixa de Gaza, e o papel das centrais sindicais em erguer a frente anti-imperialista contra a barbárie imperialista. Declaramos que não será através das eleições burguesas que vamos barrar a morte das mulheres, e reivindicamos a história da Revolução Russa, colocando a necessidade de unir homens e mulheres, em torno de um programa próprio visando a enterrar o capitalismo apodrecido.

No dia 23 de março, ocorreu a reunião de avaliação do ato. Durante o encontro, a organização pontuou as enormes dificuldades enfrentadas em decorrência da estrutura precária. Somou-se a isso a ausência dos grandes aparatos sindicais, com destaque para a falta de respaldo do Sindicato dos Metalúrgicos. O balanço evidenciou e repudiou a postura de mandatos parlamentares e figu-

ras políticas – como a deputada Ediane Maria e a pré-candidata Natalia Boulos, entre outras. Essas lideranças não se somaram à construção diária do ato, tampouco ofereceram qualquer tipo de apoio financeiro, mas compareceram no dia da mobilização com o único intuito de solicitar espaço de fala.

Essa situação reforça uma lição política fundamental: a urgência de forjar um movimento de mulheres que seja, intransigentemente, classista e independente. Não se pode nutrir ilusões ou ficar à espera de apoio de políticos ou de sindicatos burocratizados. Atrelar as lutas das mulheres a esses setores coloca o movimento no terreno do eleitoralismo, tornando as reivindicações vitais reféns do oportunismo.





Nesta edição:

**Irã:** Campanha do POR em defesa do Irã;

**Cuba:** Participação do POR na reunião com o Cônsul Geral de Cuba;

**Argentina:** Só expulsando o imperialismo, conquistando a soberania nacional, derrubando a ditadura do capital e de seu Estado, se fará JUSTIÇA e se poderá dizer efetivamente NUNCA MAIS!;

**Bolívia:** Consequência da Guerra para o mundo e para a economia nacional; Um ano do falecimento do camarada Rogelio (26 de março de 2025) À MEMÓRIA DE MIGUEL LORA ORTUÑO;

**Chile:** A política burguesa nacional exerce a ditadura do grande capital multinacional;

**102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin).**

# Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Ceará

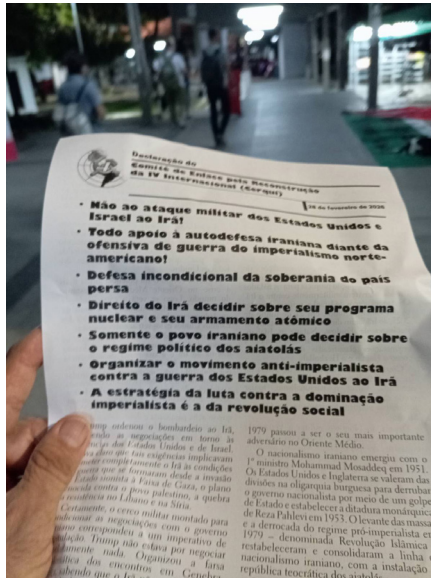
## Campanha do POR em defesa do Irã

Nos dias 04 e 10 de março, o POR impulsionou junto com as correntes que compõem a Frente cearense de apoio à Palestina atos em apoio incondicional ao Irã frente à guerra empreendida por EUA e Israel desde 28/02.

Os atos ocorreram nas duas universidades, UECE e UFC, e contaram com presença de militantes e simpatizantes que intervieram com bandeiras, falas e panfletagem no local. Na UFC, o ato chegou a ser interrompido, por pouco tempo, em razão da abordagem de um segurança da universidade que disse que a atividade não poderia acontecer com a presença de bandeiras partidárias e exigindo documento com autorização para a atividade. Em razão do firme rechaço do POR e demais presentes, o segurança recuou e ato prosseguiu.

Chamou atenção a completa ausência das demais organizações de esquerda nas atividades. Embora convidadas, preferiram boicotar a campanha internacionalista. Vale lembrar que nenhuma delas, tal como nenhum sindicato ou central, convocou qualquer ato contra a guerra e em defesa do Irã.

No dia 18 de março, ocorreu a plenária da Casa de Amizade Brasil-Cuba, no auditório da ADUFC. O POR esteve presente,



divulgou seu manifesto aos presentes e fez uma fala defendendo que a CUT e demais movimentos convocassem a luta nas ruas em defesa de Cuba (sob bloqueio petrolífero imposto por Trump) e em apoio ao Irã. A campanha internacionalista continuará com novo ato-debate, promovido pelas correntes da frente palestina e marcado para 28/03 no campus do Pici.

O POR tem se empenhado na luta anti-imperialista e denunciado com vigor a violenta ofensiva militar do imperialismo que já ceifou a vida de mais de 2000 pessoas entre civis e militares. O ataque dos EUA/Israel com bombardeios à Teerã e à infraestrutura do país persa tem por objetivo derrubar o regime e se apoderar das fontes de matérias-primas e energias. Seus cálculos visam atingir a China e completar sua hegemonia no Oriente Médio. Seus planos têm esbarrado, contudo, na inesperada e heroica resistência iraniana.

O caminho para derrotar a barbárie imperialista, expressão da decomposição capitalista, encontra-se no levante das massas oprimidas (operárias e camponesas) no Oriente Médio e em todo o mundo, exigindo o fim dos bombardeios e o direito à autodeterminação nacional do Irã.

São Paulo- ABC

## Participação do POR na reunião com o Cônsul Geral de Cuba

O Partido Operário Revolucionário participou no dia 7 de março em São Bernardo do Campo, na subsele da Apeoesp, da reunião com o Cônsul Geral de Cuba, Benigno Pérez. O cônsul expôs o cerco, as sanções, as sabotagens e as invasões pelo imperialismo norte-americano, fatos que ocorrem desde a revolução de 1959. Após a exposição, foi aberta a palavra para perguntas ou intervenções. O Cônsul ouviu todos os questionamentos e procurou respondê-los. Disse que estava surpreso com a quantidade de partidos e movimentos no Brasil e com a unanimidade em torno à solidariedade ao povo cubano. Procurou justificar a situação no campo com o ar-

gumento de que com a revolução cubana foi possível fazer a reforma agrária, o que possibilitou a melhoria de vida dos camponeses e do acesso de seus filhos aos estudos, inclusive à universidade, mas que trouxe como consequência a redução de trabalhadores no campo e dificuldades no avanço da produção agrícola. Certamente, esse argumento não explica a situação de penúria em que se encontra o país. Os responsáveis pela esmagamento das condições da ilha são os Estados Unidos e a política dos dirigentes da revolução cubana, voltada às posições do estalinismo.

Publicamos abaixo três artigos que abrem o livro “50 anos do golpe da burguesia e do imperialismo. A classe que ordenou o golpe continua no poder”. Livro esse editado pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina (POR), nas Edições Proletárias Juan Yañez. Esteve dirigido à manifestação do dia 24 de março na Argentina. O golpe militar foi desfechado em 24 de março de 1976. Trata-se de um livro que expõe passo a passo e detalhadamente a crise econômica, social e política, que colocou na ordem do

dia a conspiração da burguesia argentina e dos Estados Unidos para movimentar as forças militares e policiais voltadas a esmagar o processo revolucionário que assinalava o caminho da revolução social.

Milhares de manifestantes ocuparam a Praça de Maio e a Avenida 9 de Julho. O massivo protesto esteve voltado contra a ditadura civil de Javier Milei, que expressa a continuidade das posições ditatoriais da burguesia argentina e do imperialismo, que em 1976 chegaram às vias

do golpe sangrento. Era esperado que Milei saísse em defesa dos militares, torturadores e assassinos de militantes partidários e ativistas sindicais e populares, bem como lançasse uma propaganda para ocultar o conteúdo de classe do golpe e da ditadura instalada.

O livro do POR argentino se constitui como uma trincheira de luta contra todas as formas ditatoriais do Estado burguês e de seus governantes, encarnando o programa da revolução proletária.

## Argentina

# Só expulsando o imperialismo, conquistando a soberania nacional, derrubando a ditadura do capital e de seu Estado, se fará JUSTIÇA e se poderá dizer efetivamente NUNCA MAIS!

Pelos nossos 30.000 detentos desaparecidos, dezenas de milhares de exilados, prisioneiros, torturados, perseguidos, crianças raptadas, militantes estupradas, organizações sindicais e políticas dos trabalhadores ilegalizadas e a causa das Malvinas traída, por todos eles é preciso lembrar, entender o que aconteceu e saber quem é responsável pelo genocídio para acertar contas com os assassinos.

Quem ordenou o golpe genocida? As câmaras empresariais prepararam as condições para o golpe e nomearam Martínez de Hoz como ministro da economia, para aplicar a política que Celestino Rodrigo não pôde realizar sob o governo de Isabel Perón. As forças armadas atuavam como um exército de ocupação, servil ao amo imperial, fazendo o trabalho que os EUA não podiam fazer diretamente.

O objetivo: derrotar e esmagar a vanguarda operária e juvenil, destruir suas organizações sindicais, sociais e políticas, que lutavam para libertar nacional e socialmente a Argentina. Eram um obstáculo aos seus planos de dominação, razão pela qual o golpe e a ditadura tinham um propósito claro de classe.

Na história dos golpes militares, como na maioria dos países latino-americanos, aparecem o imperialismo, as multinacionais, a oligarquia proprietária de terras, que só poderiam chegar ao poder por esse meio. Em 1930, derrubaram Irigoyen, em 1955 Perón, em 1966 Illía e, em 1976, Isabel Perón. Em 1955, realizaram o maior ataque terrorista no país ao bombardear a Plaza de Mayo, matando centenas de civis. Toda a nossa história está regada com o sangue dos operários, desde o início do século passado nas greves de 1º de maio, na Semana Trágica das Oficinas de Vasena, na Patagônia Rebelde, nos quebra-chales (floresta de ipê). Sempre fomos atacados pelos mesmos.



O golpe de 24 de março fez parte de uma operação internacional conhecida como Plano Condor, que deveria acabar com a vanguarda na Argentina (1976), Chile (1973), Bolívia (1971), Uruguai (1973). No Brasil, uma ditadura militar já governava desde 1964. A ditadura de Stroessner no Paraguai foi anterior. As forças repressivas do continente eram coordenadas pela CIA.

A grande mídia cúmplice do genocídio trabalhou e está trabalhando incessantemente para esconder aqueles que ordenaram e se beneficiaram do golpe e da repressão, deixando a responsabilidade quase exclusivamente aos militares. Também tentaram esconder a responsabilidade dos chefes das igrejas, especialmente da Igreja Católica que abençoou o terrorismo estatal, de esconder a responsabilidade de jornalistas e mídia, empresários, políticos e burocratas. Quando afirmamos que foi uma ditadura cívico-militar, é preciso dar um nome a quem estamos nos referindo. Todos permaneceram no poder, alguns nas sombras, outros abertamente, sob o disfarce da democracia burguesa. Não se pode esquecer dos líderes políticos que alertaram os militares sobre o perigo da “guerrilha fabril”, ao se referirem aos representantes, às comissões internas, aos ativistas sindicais.

A substituição pela democracia burguesa foi comandada pelo imperialismo. Na Argentina e no restante do continente, forçou-se uma mudança por formas democráticas após a Revolução na Nicarágua, porque as ditaduras militares unificaram a maioria explorada. Na Argentina, temia-se que uma revolta popular derrubasse a ditadura, especialmente após a crise que explodiu com a conduta miserável da junta militar nas Malvinas.

Sob a democracia burguesa avançaram ainda mais a destruição da indústria, o desemprego, a perda de poder de compra, o saque



dos recursos e o endividamento do país. A burguesia conseguiu ir além da ditadura. Em grande parte, porque havia liquidado o melhor da vanguarda operária e juvenil, o melhor dos oprimidos. E porque se despertou uma grande ilusão na democracia, sem que se entendesse que era a fachada da ditadura do capital.

A repressão terrorista de Estado começou com Perón, desde sua chegada a Ezeiza em 20 de junho de 1973, seguida por intervenções violentas nas províncias, a repressão ao Villazo, os assassinatos da Triplíce-A. Continuou e se multiplicou com o golpe genocida.

Os capitalistas, mais concentrados, permaneceram no poder após 1983, sem que seus crimes fossem investigados, sem pagar por suas fraudes e golpes. Sob formas democráticas, tentaram garantir a impunidade para aqueles que realizaram a repressão mais selvagem, com “pontos finais”, “obediência devida”, “indultos”, “perdões”, “anistias”. Ou querendo limitar a responsabilidade aos chefes mais recalcitrantes.

Somente a luta heroica das Madres e das organizações de Direitos Humanos pôde impedir a impunidade, confiando na mobilização, confiando em sua própria força. Conseguiram colocar centenas de milhares de repressores no banco dos réus, condenando-os e expondo todos os seus crimes, antes que o sistema de justiça burguês pudesse tomar alguma ação, que continua procrastinando em muitos casos até hoje.

O “Nunca Mais” foi uma fraude. Só pode haver Nunca Mais quando a classe operária acabar com as bases materiais da repressão, dos golpes, do terrorismo de Estado, que é o poder econômico, o poder real, expropriando-o, expulsando-o, derrubando-o, pondo fim para sempre à ditadura do capital, tornando realidade a revolução social com a qual sonharam nossos companheiros detidos, desaparecidos, torturados, assassinados. O sonho deles não era utópico, já faz 50 anos, e naquele tempo o capitalismo já estava exausto e não tinha mais nada a oferecer.

Custou muito cara a ilusão de que a democracia burguesa é a estação final do desenvolvimento humano, acreditando que o poder havia mudado de mãos. Confundindo democracia com liberdades democráticas.

Milei é a representação direta do poder mais concentrado que só poderia governar por meio de golpes militares. É a expressão clara da ditadura do capital e não esconde que representa essa minoria, seus interesses, contra os trabalhadores e a Nação. Por isso, não tem problema em apresentar o programa de Martínez de Hoz como seu, em reivindicar a ditadura, tentar destruir as provas e testemunhos que restam do horror, interromper os julgamentos, libertar os prisioneiros genocidas e negar as atrocidades da última ditadura cívico-militar. Por isso, se alinha miseravelmente com Trump e o sionismo no genocídio do povo palestino e no ataque terrorista sobre o Irã.

Quando afirmamos que precisamos acabar com Milei antes que ele continue causando mais danos, estamos dizendo que temos de acabar com a classe que o dirige e comanda, com o FMI e as

grandes corporações que deram o último golpe e todos os golpes. Devemos acabar com essa minoria parasitária, especuladora, saqueadora, exploradora e escravizadora, fugitivos e narcotraficantes, que nos levam à barbárie.

Será possível se a classe operária se tornar politicamente independente, construir seu partido revolucionário, recuperar todos os sindicatos e centrais sindicais e lutar por seu próprio poder, dirigindo a maioria oprimida numa frente única anti-imperialista. Nenhuma outra classe social pode ocupar seu lugar.

## A mesma classe ainda está no poder

A burguesia e o imperialismo recorreram várias vezes a golpes militares no século passado. O de 1976 foi o mais sangrento contra a classe operária e os oprimidos. Se a Argentina conseguiu atravessar o período mais longo de democracia burguesa, sem golpes militares, nos últimos 32 anos, isso se deve em grande medida ao esmagamento da vanguarda operária e popular.

É preciso ter consciência do papel que esse golpe desempenhou na história do país, na história da luta de classes e, muito especialmente, na classe operária. O golpe ocorreu em 24 de março de 1976, mas a brutal repressão contra o movimento operário e os oprimidos começou em 1974, com as ações da Tríplíce A (Aliança Anticomunista Argentina). É necessário avaliar por que ocorreu esse retrocesso, qual foi o papel desempenhado pelas direções políticas e qual foi sua responsabilidade.

A definição do golpe de 1976 como um golpe militar, ou golpe cívico-militar, é limitada. É de fundamental importância apontar sempre o caráter de classe do golpe. A burguesia e o imperialismo são responsáveis pelo golpe. Eles prepararam e encomendaram, foram sua base material, se beneficiaram, fizeram ótimos negócios. Os militares foram seus fiéis executores, abençoados pela Igreja. A ditadura militar foi a expressão mais sangrenta da ditadura do capital, e uma continuidade da ditadura do capital que se expressava sob o governo peronista de 1973 a 1976 e que continuou sob os governos posteriores a 1983. Todos têm em comum que são expressões do regime capitalista, da mesma classe social no poder. Quando não podem mais dominar por um meio, recorrem a outro, para preservar o essencial, a propriedade privada dos grandes meios de produção.

Essa é a explicação de por que os governos burgueses democráticos preservam o aparato repressivo, buscam limitar ao máximo a punição dos responsáveis pelo massacre e são muito cuidadosos para não avançar contra todos os responsáveis pelo golpe, para esconder a raiz do fenômeno. E trabalharam para distorcer e desfigurar os verdadeiros motivos do golpe, apresentando-o como uma guerra, como uma forma de derrotar os guerrilheiros, desenvolvendo a “teoria dos dois demônios”. Apenas a persistente mo-



bilização popular conseguiu avançar na punição de um setor das forças repressivas e denunciar as cumplicidades dos negócios, dos políticos, dos sindicatos e dos eclesiásticos.

Foi um golpe da burguesia no seu conjunto, não apenas das corporações que se beneficiaram diretamente de alguns negócios, ou daquelas que tiveram papel protagônico na repressão dos trabalhadores que empregavam. As câmaras empresariais e os partidos políticos patronais apoiaram a ditadura até mesmo com funcionários.

A história da Argentina por mais de um século é a história da repressão violenta, sangrenta e massiva contra os levantes operários. Repressão da organização do 1º de maio no início do século passado, da greve nas Oficinas de Vasena, na Patagônia Rebelde, em Tucumán, na Floresta de Ipê (quebrachales), repressão da chamada Revolução Libertadora, do Plano Conintes, das ações da Tríplice A, que custaram milhares de vidas.

Compreender a natureza do golpe, seu caráter de classe, ajudará as massas a superar as ilusões democráticas, que se fortaleceram ao assimilar a ideia de que a democracia burguesa era o estágio final onde todos os problemas da sociedade poderiam ser resolvidos, e que em seu nome tantas demandas deveriam ser sacrificadas para impedir o retorno dos tempos da ditadura, apresentando a antítese democracia-ditadura como essencial, e não como uma continuidade do regime de dominação capitalista.

O golpe colocou Martínez de Hoz como ministro de economia, presidente do Conselho Empresarial Argentino, que vinha preparando seu programa de governo fazia vários meses e o apresentou formalmente à Junta Militar 12 dias antes. O setor mais ligado às multinacionais, ao grande capital nacional, às exportações. Seu programa só poderia ser implementado se o movimento operário e popular fosse esmagado. Suas políticas deixaram sua marca na economia do país. Políticas que foram implementadas a fundo sob o governo Menem.

O golpe fez parte de uma vasta operação no nível continental do imperialismo, especialmente ianque, chamada Plano Condor, para pôr fim aos processos de radicalização social, impedir o triunfo de qualquer revolução e impor suas diretrizes econômicas. O imperialismo também teve participação ativa nas “saídas democráticas” das ditaduras.

Não haverá justiça até que a revolução social triunfe, que acabe com as bases materiais do capitalismo, a base material do golpe e da repressão sangrenta. Que desmonte todo o aparato repressivo. Que castigue os capitalistas, os ideólogos do golpe, a hierarquia eclesiástica que acompanhou e aprovou a metodologia do terror, todos os políticos e sindicalistas cúmplices. Que expulse o imperialismo que preparou o golpe. Enquanto isso não acontecer, “Um Nunca Mais” não será possível. Diremos que a tragédia pode se repetir quando a burguesia não tem outro caminho, a menos que as massas resolvam sua crise de direção e a derrotem.

Sob a democracia burguesa, essa tarefa não será realizada, no máximo alguns setores militares serão processados e irão para a prisão após tantos anos, e algumas grandes empresas serão acusadas de sua responsabilidade, como resultado da enorme mobilização popular, mas tentarão preservar o essencial do aparato repressivo.

Neste 24 de março, devemos multiplicar as mobilizações por todo o país com essas bandeiras, conquistando as ruas, a Plaza de Mayo, apontando para a Embaixada dos EUA, a Sociedade Rural, a Associação dos Bancos, a Catedral Metropolitana, a grande mídia, a burocracia sindical, os partidos políticos patronais, como os símbolos da ditadura. E também os partidos burgueses e os burocratas sindicais, não vamos deixar que eles lavem o rosto fazendo demagogia.

## Podereis dizer “NUNCA MAIS” quando acabarmos com a dominação da burguesia e do imperialismo

Reproduzimos alguns parágrafos da introdução do livro “Nunca Más” (Nunca Mais) da Conadep, presidido pelo escritor Ernesto Sábato em 1984. Esse livro sintetiza a pesquisa realizada pela Comissão sobre o Desaparecimento de Pessoas e é colocado como um pilar da luta pelos direitos humanos no país. A jornalista Magdalena Ruiz Guiñazú foi membro dessa Comissão. Toda a documentação coletada, que serviu de base para os julgamentos, foi de grande importância. O trabalho, objetivamente, promoveu a luta pelo julgamento e punição dos autores do genocídio, além das posições reacionárias de alguns membros da Comissão expressas na introdução do relatório:

1) Desde o início, apoia a teoria dos dois demônios: apresenta a repressão como parte do confronto entre o terrorismo de extrema direita e o terrorismo de extrema esquerda. Afirma que a repressão do terrorismo de Estado foi uma resposta aos delitos de terrorismo. Ajuda esconder ao longo do texto a razão da repressão selvagem, apesar de haver milhares de testemunhos de todos os tipos. Contribui a ocultar quem ordenou o genocídio e quais eram os objetivos. Não estamos nos referindo aos bens roubados pelos militares que participaram das operações, que são muito mencionados no livro. Referimo-nos a que a repressão genocida foi obra de uma classe social, a burguesia, que preparou o terreno e deu os sinais e ordens para que fosse executada.

2) A burguesia e o imperialismo precisavam de uma ditadura sanguinária para pôr fim às conquistas sociais, acabar com os salários e a negociação coletiva, privatizar setores da economia, promover a maior penetração do capital multinacional. É uma classe social que, de conjunto, se beneficiou do golpe e do forte revés que causou ao movimento popular, que teve seus melhores homens assassinados, desaparecidos, exilados ou presos, suas organizações destruídas e proibidas, suas conquistas arrancadas. Todas as câmaras empresariais e os partidos políticos da burguesia apoiaram o golpe.

3) O relatório apresenta a maioria das vítimas como “inocentes de terrorismo”, como se o plano não tivesse sido conscientemente direcionado a acabar com toda a vanguarda dos trabalhadores, jovens, intelectuais. E pior, sugere que, se a repressão genocida tivesse sido usada apenas contra guerrilheiros, ela poderia ter sido aceita. As vítimas eram ativistas sindicais, partidários, populares e estudantis.

4) Tentar apresentar a repressão como produto do confronto entre setores extremos e armados, uma tese que toda a burguesia, sua mídia e seus partidos apoiam com interesses próprios, é uma canalhice.

5) O imperialismo, especialmente o ianque, fazia parte da preparação dos golpes por todo o continente, operando com exércitos e multinacionais, com seus diplomatas. A repressão foi organizada para destruir as organizações sindicais, políticas, sociais e populares em todos os países conflagrados. Não foi apenas obra de “perversos” e “loucos”, foi uma obra inteligente para destruir o rico processo de politização, participação, organização e mobilização que se reproduzia em escala continental.

6) O texto faz uma apologia do Estado italiano e sua Justiça, como um exemplo que deveria ter sido imitado. Rejeitamos todas as formas de repressão do Estado burguês, que é sempre uma expressão da ditadura de classe do capital. Não importa a forma que ele tenha. O Estado italiano, diante de um movimento popular como o que existia aqui, teria agido da mesma forma.

7) Chama a confiar na Justiça, nos “juizes constitucionais”, em vez de dizer que a Justiça foi cúmplice do regime que liquidou a

Constituição e todas as liberdades democráticas e que, portanto, a única política democrática era destituí-los a todos, e desconhecer todas as leis e atos legais cometidos pela Ditadura. A única atitude democrática era chamar à mobilização permanente das massas para recuperar tudo o que foi perdido durante a ditadura, criar autênticos Tribunais Populares para investigar e punir todos os genocidas.

8) A repressão genocida foi realizada em centenas de centros clandestinos, milhares de oficiais e suboficiais das forças de segurança intervieram diretamente em assassinatos, torturas e desaparecimentos. As Forças Armadas agiram como um todo, não bastava questionar os comandantes dizendo que havia pessoas inocentes. Aqueles que se recusavam a reprimir eram separados das forças ou tinham consequências piores. Essas Forças Armadas são irrecuperáveis para a Nação, forças que nasceram para enfrentar o colonialismo britânico e espanhol tornaram-se o braço armado da burguesia e do imperialismo opressor contra a Nação.

9) Apresentar essa verdade de classe inquestionável leva a questionar a burguesia e o imperialismo e a todas as instituições do Estado, os partidos, a cúpula das igrejas, os burocratas sindicais colaboracionistas, a toda a Justiça que colaborou com a ditadura. Não pode haver justiça se não for consequente com essa verdade. Só haverá JUSTIÇA quando expropriarmos os capitalistas e destruímos seu Estado, sua ditadura de classe. Essa será nossa vingança de classe, definitiva. A democracia burguesa, antes de 1976, incubou em seu seio a fera fascista, como a incuba hoje.

10) Os mesmos que detinham o poder sob a ditadura continuam detendo-o hoje, são eles que realmente governam: um punhado de grandes empresas, latifundiários e banqueiros que têm os principais meios de produção em suas mãos. Enquanto os explorados não acabarem com todos eles, não podemos dizer “Nunca mais”, mas eles tentarão novamente, quando seus sagrados interesses forem ameaçados pela rebelião dos mais pobres, dos oprimidos, dos marginalizados. No sentido contrário, na introdução se faz uma exaltação da democracia como se o golpe não tivesse sido planejado e preparado na democracia, como se a democracia não tivesse preservado o essencial do aparato repressivo, ignorando que a democracia a que se referem é a forma que encobre a ditadura do capital.

Alguns parágrafos da introdução mencionada:

“Durante a década de 1970, a Argentina foi sacudida por um terror que vinha tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda, um fenômeno que já ocorreu em muitos outros países. Esse foi o caso da Itália, que por muitos anos teve de suportar a ação implacável de formações fascistas, as Brigadas Vermelhas e grupos similares. Mas essa nação nunca abandonou os princípios do direito para combatê-la, e o fez com absoluta eficiência, por meio dos tribunais comuns, oferecendo ao acusado todas as garantias de defesa no julgamento; e por ocasião do sequestro de Aldo Moro, quando um membro dos serviços de segurança propôs ao General Della Chiesa torturar um detido que parecia saber muito, ele respondeu com palavras memoráveis: “A Itália pode se dar ao luxo de perder Aldo Moro, mas não de aplicar tortura.”

Não foi assim em nosso país: aos crimes dos terroristas, as Forças Armadas responderam com um terrorismo infinitamente pior do que o combatido, porque desde 24 de março de 1976 contavam com o poder e a impunidade do Estado absoluto, sequestrando, torturando e assassinando milhares de seres humanos.

Nossa Comissão não foi instituída para julgar, porque é para isso que servem os juízes constitucionais, mas para investigar o destino dos desaparecidos ao longo desses fatídicos anos da vida nacional. Mas, após recebermos vários milhares de declarações

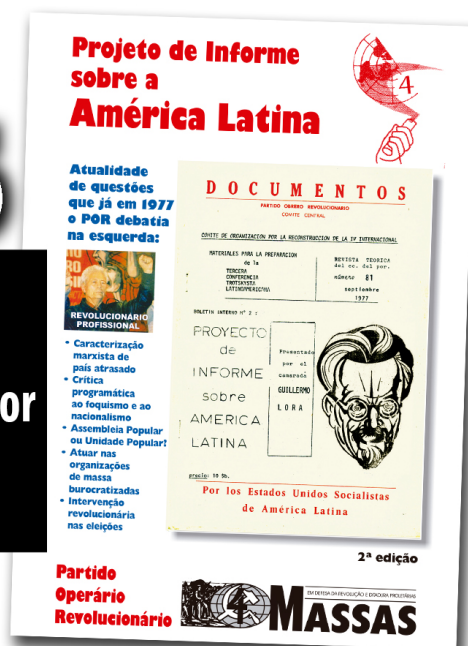
e depoimentos, de ter verificado ou determinado a existência de centenas de locais clandestinos de detenção e acumular mais de cinquenta mil páginas de documentos, temos certeza de que a ditadura militar produziu a maior tragédia de nossa história, e a mais selvagem. E embora devamos esperar a palavra final da justiça, não podemos permanecer em silêncio diante do que ouvimos, lemos e registramos; tudo isso vai muito além do que pode ser considerado criminoso para alcançar a categoria sombria de crimes de lesa humanidade.

... a luta contra os 'subversivos', com a tendência que toda caça às bruxas ou pessoa possuída por demônios tem, tornou-se uma repressão insanamente generalizada, porque o epíteto de subversivo tinha um alcance tão vasto quanto imprevisível. No delírio semântico, guiado por qualificações como 'marxismo-leninismo', 'povos apátridas', 'materialistas e ateus', 'inimigos dos valores ocidentais e cristãos', tudo era possível: desde pessoas que promoviam uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam para favelas ajudar seus habitantes. Todos caíram na redada: dirigentes sindicais que lutavam por uma simples melhoria salarial, garotos que haviam sido membros de um centro estudantil, jornalistas que não eram favoráveis à ditadura, psicólogos e sociólogos por pertencerem a profissões suspeitas, jovens pacifistas, freiras e padres que haviam levado os ensinamentos de Cristo para favelas. E amigos de qualquer um deles, e amigos desses amigos, pessoas que foram denunciadas por vingança pessoal e foram sequestradas sob tortura. Todos, em sua maioria inocentes de terrorismo ou até mesmo de pertencer a quadros combatentes da guerrilha, porque estes enfrentavam e morriam no confronto ou se suicidavam antes de se renderem, e poucos chegavam vivos a mãos dos repressores.

Grandes calamidades são sempre instrutivas, e sem dúvida o drama mais terrível que a Nação sofreu em toda a sua história durante o período da ditadura militar iniciada em março de 1976 servirá para nos fazer entender que somente a democracia é capaz de preservar um povo de tal horror, que só ela pode manter e salvar os direitos sagrados e essenciais da criatura humana. Só assim podemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nossa pátria os eventos que nos tornaram tragicamente famosos no mundo civilizado serão repetidos.”

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
[nossa.classe@hotmail.com](mailto:nossa.classe@hotmail.com) - [pormassas.org](http://pormassas.org) - [@massas.por](http://@massas.por)



Bolívia

# Consequências da guerra para o mundo e para a economia nacional

## (do Masas boliviano N° 2874)

A guerra e a crise energética que o mundo está enfrentando têm como origem as políticas de dominação colonial do imperialismo norte-americano, lideradas por Donald Trump e seu servo israelense Netanyahu, com o objetivo de tomar controle total do petróleo do Oriente Médio, iniciando uma ofensiva militar atacando alvos iranianos. O petróleo bruto iraniano é destinado principalmente à China (mais de 70% de sua exportação vai para essa economia). Trump busca fechar a torneira derrubando o regime dos aiatolás. O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo agrava a guerra comercial entre essas duas potências, com sérias consequências para as economias de todo o mundo.

A dura resposta militar do Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz transformaram o conflito em uma crise em escala global que afeta toda a economia mundial, incluindo, obviamente, a dos EUA devido à vertiginosa alta do preço do petróleo no mercado mundial.

Trump, em desespero, pediu ajuda a seus aliados europeus, até ontem totalmente subjugado aos seus mandatos, e até mesmo à própria China para romper o bloqueio iraniano ao estreito, recebendo uma recusa categórica em se envolver nessa guerra. Como recurso desesperado para tentar estabilizar o fornecimento de petróleo no mercado, “momentaneamente” suspendeu as sanções contra a comercialização do petróleo russo.

O principal impacto da guerra é o aumento do preço de um barril de petróleo acima de 100 dólares, e à medida que durar pode chegar a 150 dólares, o que será catastrófico para a economia mundial. Depende da duração da guerra e da magnitude da destruição da infraestrutura petrolífera no Irã e nos países árabes pró-EUA como Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos etc., fatores que reduzem o fornecimento mundial de petróleo e pressionam o preço por barril a subir. Para o mundo e para a Bolívia, quanto mais a guerra durar, maiores serão as consequências negativas.

Na América Latina, aqueles que sofrerão as consequências mais negativas do confronto militar são os países não produtores de petróleo e importadores de gasolina, diesel e gás. O custo

para a sua compra vai subir e a Bolívia, como país dependente de combustíveis importados, fica totalmente exposta a esse tipo de choque externo, motivo pelo qual o presidente Paz Pereira será forçado a aumentar o preço do combustível ou subsidiá-lo novamente para evitar um surto de protestos sociais.

Esse aumento nos preços da energia eleva os custos de produção dos países capitalistas desenvolvidos, o que causará um processo inflacionário em nível global, elevando os preços de seus bens que exportam para o mundo. Para os bolivianos, tudo o que importamos, principalmente da China e de outros países fornecedores, vai aumentar de preço. Os insumos mais caros importados para a fraca indústria nacional, as pequenas e micro unidades produtivas, aumentarão seus custos de produção. Além disso, o aumento do preço do combustível terá impacto nos preços do transporte, especialmente nos itens da cesta básica familiar, elevando o nível dos preços internos no país, esse fenômeno é chamado de inflação “importada”. No fim, como em qualquer crise econômica sob o capitalismo, as consequências das guerras imperialistas são pagas e sofridas pelas maiorias despossuídas de todo o mundo.

Os setores da mineração e do agronegócio também serão impactados pelos novos custos internacionais dos combustíveis que consomem diariamente, assim como das máquinas e outros suprimentos que importam. Por outro lado, quanto maior a demanda por dólares para importações, também veremos aumentos no preço do dólar paralelo devido à demanda interna por moeda estrangeira.

No setor financeiro, como a Bolívia é um país com escasso movimento de ativos monetários, está menos exposto à turbulência dos mercados financeiros da metrópole, mas a verdade é que, como resultado da guerra, os mercados internacionais estão desestabilizados e isso torna os empréstimos internacionais mais caros, tendendo a aumentar as taxas de juros, o que colocará em condições desfavoráveis os empréstimos de bilhões de dólares que Rodrigo Paz contrata com organizações internacionais, como BID, CAF, BM e FMI.

## Um ano do falecimento do camarada Rogelio

### À memória de Miguel Lora Ortuño (do Masas boliviano N° 2874 - 26 /03/2025)

Miguel foi um daqueles homens de excepcionais qualidades intelectuais que, sensíveis às injustiças sociais do capitalismo, decidiu se rebelar e dedicar sua vida a combatê-las.

Miguel encontrou no marxismo-leninismo-trotskyismo, no POR boliviano, os meios que precisava para entender a contribuição do revolucionário, como ator consciente, para a luta, geralmente instintiva, dos explorados para acabar com as misérias da opressão capitalista.

Misérias, particularmente intoleráveis, nas condições de atraso de nosso país sujeito à opressão pela insaciável e brutal voracidade do imperialismo, que é a forma concreta da participação do País na economia capitalista mundial. Um país capitalista atrasado.

Miguel foi um revolucionário de aço, com a humildade de quem entende que, como indivíduo, é apenas um elo na cadeia da luta dos explorados atizada pela força das leis da história, porém indispensável para a transformação do instinto revolucionário da classe operária em consciência revolucionária organizada em um

Partido, o Partido Operário Revolucionário (POR).

Combateu com a coragem necessária para enfrentar o poder da caduca classe dominante burguesa, servil aos interesses coloniais do imperialismo, pela nova sociedade socialista que por fim à história da opressão do homem pelo homem.

Da sua condição de professor, não era apenas um ativista revolucionário. Foi um grande organizador e fundador da URMA, a organização revolucionária do POR no sindicato dos professores. Quando necessário, não hesitou em arriscar a própria vida nas lutas dos professores, como na greve de fome intensa de 1989 com José Luis Álvarez e Telmo Román. Mas, sem dúvida, o mais importante, era um estudioso das particularidades do sistema educacional nacional e um criador intelectual de teoria nesse sentido.

*(Do prólogo do livro Educação e Revolução,  
Escritos de Miguel Lora Ortuño)*

*Com o punho esquerdo erguido: Glória ao camarada Rogelio!*

Chile

# **A política burguesa nacional exerce a ditadura do grande capital multinacional**

## **(De Lucha Obrera – Chile março de 2026 No 69)**

O perpétuo atraso persistirá enquanto a burguesia mantiver o País subordinado ao poder imperialista, que aprofunda e continuará aprofundando a opressão nacional e a exploração da classe operária e dos demais trabalhadores. É a continuidade dessa ditadura burguesa que afunda a educação, acentua a opressão de classe contra proletários, professores e assistentes de saúde, além de agravar o desemprego de homens e mulheres.

Regime político:

Onde o voto elege o carrasco de turno da classe dominante. O exemplo que nos permite ver claramente é a eleição de um presidente saído das fileiras do âmbito universitário, que se passou por esquerdista e formou um governo com o estalinismo clássico, o autodenominado Partido Comunista. O povo, principalmente jovens, votou nesse serviçal da burguesia. Devido à sua falta de conhecimento, escolheu o jovem Sr. Gabriel Boric F., acreditando que, junto com o estalinismo crioulo, resolveriam os problemas nacionais e dos trabalhadores. Entretanto, quem conhece a trajetória dos partidos burgueses, sabe que o estalinismo clássico (...) se subordina ao decadente regime burguês. Neste momento, as massas rejeitam fortemente o governo que está saindo e no qual votaram, enquanto as forças repressivas dos carabineiros prestam homenagem a Gabriel Boric e seu governo cessante.

As camadas populares que agora repudiam Boric votaram pelo fascista J.A. Kast. Voltam novamente a repetir o erro anterior, mas infinitamente maior. Porém, é necessário considerar que esse caminho não é culpa dos eleitores, foi pavimentado pelo governo que favoreceu astutamente a grande burguesia chilena e o imperialismo.

Kast, sendo presidente eleito, mas ainda fora do exercício do cargo, juntou-se a nove presidentes latino-americanos da ultradireita, para atender de forma rasteira e execrável ao chamado do senhor imperial, Donald Trump, que maltrata e despreza seus servos. Esses mantêm uma atitude de cão obediente diante das ofensas e as suportam, para manter seus privilégios, dando seu apoio permanente ao imperialismo norte-americano.

Sem se importar com os prejuízos que causam a toda a nação, mantendo a lealdade ao governante norte-americano de turno, que hoje tem um perfil distante do ser humano comum, com um forte traço psicótico, cruel e pedofílico, que se juntou a outro ser com as mesmas características, Netanyahu. Juntos mataram milhares de crianças e mulheres na Palestina, e hoje mantêm um horror semelhante, destruindo a vida de milhares de civis iranianos, entre eles meninos e meninas, sem distinção, incapazes de aniquilar as forças e a resistência do povo iraniano, que atinge o fluxo do petróleo com os mísseis hipersônicos.

Quando Donald Trump foi entrevistado pela imprensa norte-americana sobre a morte de escolares, ele culpou os iranianos por tal assassinato porque, segundo ele, eles são “pessoas muito más que degolam crianças e cortam mulheres ao meio”. Os governantes imperiais, tolos e covardes, não se diferenciam do antigo império romano, Trump e os anteriores se assemelham a Calígula e Nero, para citar alguns, são muitos mais.

Neste 8 de março de 2026, milhares de mulheres e muitos homens que acompanharam a marcha das mulheres, nas principais regiões e comunas do país, onde o coordenador nacional 8M comenta: “É um momento de encerramento de um governo que se autodenominou feminista, que instrumentalizou o feminismo e

sabemos que o movimento feminista é um movimento autônomo. Conhecemos bem a ultradireita no país, vivemos a ditadura e conhecemos a agenda antidireitos e antimulheres que ela encarna, portanto, estamos em alerta”

A Ministra da Mulher e Igualdade de Gênero, militante da Convergência Social do governo da Frente Ampla, se adapta às circunstâncias das marchas das mulheres pelo país e se ajeita artificialmente afirmando: “A partir de 11 de março, vamos olhar para esses desafios do outro lado. Mas sabemos que essas urgências transcendem qualquer administração. Nosso chamado hoje é claro: proteger o que foi construído e garantir a continuidade das políticas públicas é uma obrigação do país. Só assim podemos ver resultados, não com diretrizes que mudam a cada quatro anos”.

A marcha multitudinária das mulheres e o que a Coordenadora expressa difere da visão proposta pela senhora da Frente Ampla. Além disso, podemos acrescentar que a visão desta senhora, com sua mentalidade estreita, é típica da mulher pequena burguesa que representou o feminismo burguês em sua trajetória política.

Consideram que a duração de cada governo é curta. É necessário insistir que a esmagamento das mulheres no regime político do capitalismo se deve aos seus remanescentes patriarcais em uma sociedade que baseia sua vida na exploração e esmagamento dos operários e da população em geral.

Eles, com seu mau governo, serviram de apoio para o surgimento do novo governo; em um Estado que já arrecadava menos devido aos baixos impostos cobrados às grandes mineradoras e às empresas nacionais. Estas serão favorecidas pelo governo que está entrando, reduzindo o imposto único, o que contribuiu para reduzir a vida dos mais miseráveis do país.

O Chile não é estranho ao que está acontecendo no mundo, a invasão do Irã pelos Estados Unidos e Israel trará maior sacrifício e fome pelas medidas do programa fascista deste governo, que cortará em seis bilhões de dólares a modesta contribuição fiscal, que serviu para que as migalhas fossem distribuídas aos mais pobres, que corta abruptamente os pequenos benefícios que grande parte da população recebia, o que nos leva à previsão de que o novo governo será tão brutal quanto o próprio de Pinochet. O governo Pinochet manteve por muitos anos o subemprego, como o POJ e o PEM, criando um setor de pobreza de 40%. Devido às medidas propostas pelo novo governo e sua submissão ao imperialismo dos EUA, provavelmente poderá ser pior do que o regime de Pinochet.

O pinochetismo enfrentou as massas autoconvocadas desde março de 1983, um movimento cooptado pelas forças traiçoeiras do reformismo e do nacionalismo burguês, que cumpriram o objetivo de criar os governos da Concertação pela Democracia, enganando o povo e mantendo Pinochet como Senador Vitalício, cargo que perdeu devido à intervenção do juiz espanhol Garzón, que esteve perto de julgá-lo na Península Ibérica, confrontando M. Thatcher. O governo de Eduardo Frei R. tirou Pinochet da Inglaterra, alegando demência senil, o que não passava de uma vulgar mentira.

Para enfrentar o fascista Kast, as massas operárias e oprimidas do país devem se unir ao programa da classe operária na tática da Frente Única Anti-imperialista, que deve unificar as demandas nacionais e as reivindicações dos operários, trabalhadores, mulheres, desempregados em sua maioria jovens e idosos, para não perder nenhum benefício adquirido pela luta e sacrifício de todos os oprimidos.

*Nossa lembrança permanente, gratidão ao criador e líder indiscutível da doutrina marxista, seguido pelo grande líder russo Lenin. Neste 14 de março, devemos prestar homenagem ao líder mundial do proletariado, por sua morte em 1883, aos 65 anos, um exemplo de vida que deve estar sempre presente nos corações revolucionários. Lutando por:*

*Liberdade e segurança social*

*Pela igualdade efetiva entre homens e mulheres, igualdade salarial por trabalho igual, não permitir a opressão que humilha*

*as mulheres.*

*Lutar contra a sociedade capitalista, em profunda decomposição, até enterrá-la com toda a força que a unidade de classe permite.*

*Em defesa da revolução e da ditadura proletária*

*Construamos o partido operário revolucionário*

*Viva o internacionalismo proletário!*

*Viva o partido que reconstrói a quarta internacional!*

# 102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin

**Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**



*No Jornal Massas 756, iniciamos uma breve exposição sobre o percurso da militância revolucionária de Lênin. A primeira parte chegou ao ponto em que a revolução proletária se impõe, o Partido Bolchevique se encontra à frente e se confirmam as posições de Lênin. A segunda, tratamos do VII Congresso do partido. Na terceira, assinalamos os principais feitos e contribuições de Lênin para a consolidação da Revolução de Outubro, destacando a fundação da III Internacional e a implantação da Nova Política Econômica (NEP). Em seguida, fizemos a exposição sobre a orientação de Lênin quanto à constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Concluímos com alguns de seus últimos escritos.*

## Alguns de seus últimos escritos

Os últimos escritos se realizaram entre maio de 1922, quando Lênin se pôs enfermo ao sofrer um derrame, e 6 de março de 1923, quando uma terceira incidência o imobiliza, e o leva à morte em 21 de janeiro de 1924. Por muito tempo, se ocultou o documento Carta ao Congresso, cujo sentido corresponde a um testamento. Somente veio a ser publicado oficialmente no XX Congresso do PCUS, em 1956. Tal sigilo se impôs com a decisão de que a Carta não seria lida no XIII Congresso e que somente os dirigentes tomariam conhecimento. Trotsky acatou a decisão ditada pela maioria do Comitê Central aliada a Stalin, mas, no momento em que se tornou inevitável o fracionamento do partido, decidiu pela sua publicação sob o título “A real situação da Rússia”.

Os últimos escritos de Lênin são dedicados a questões de construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fundamentos econômicos da transição do capitalismo ao socialismo, composição social do partido e a orientação econômica. Não por acaso, nesse momento, o primeiro conflito de Lênin com dirigentes responsáveis pela organização econômica surge no funcionamento da Inspeção Operária e Camponesa (IOC) instituída em 1920 para cuidar do processo de construção econômica. Tratava-se de um organismo de vigilância e controle para verificar e combater os desvios burocráticos. A correção das irregularidades tinha de ser a sua principal função. Lênin analisa e avalia que seus responsáveis não estavam organizando a contabilidade de acordo com a função da IOC. Baseado nos informes, Lênin reconhece que “o problema da organização da contabilidade é fundamental, mas a IOC não estudou; não cumpriu – nem ao menos compreendeu – seu objetivo: fiscalizar a organização da contabilidade e lutar por melhorá-la”. A importância desse documento de setembro de 1921 está em que ataca os primeiros sinais de arrivismo e corrupção burocrática.

Em março de 1922, Lênin escreve três cartas dirigidas a Molotov sobre o ingresso indiscriminado de novos membros ao partido. Era preciso estabelecer um período de experiência, de forma a garantir um ingresso comprovadamente voltado a aplicação do programa e o cumprimento das tarefas. Havia que tomar cuidado com a camada de operários que recém ingressava no trabalho fabril por contingências do momento. Rigorosamente, Lênin diz na segunda carta de 24 de março: “proponho manter os seis meses apenas para aqueles operários que tenham trabalhado pelo

menos dez anos como operários fabris na grande indústria (...)”. Na terceira carta de 26 de março, Lênin explica: “Não há dúvida de que nosso partido é, pela sua composição, insuficientemente proletário. Creio que ninguém pode contestar esse fato (...). Desde a guerra, os operários fabris na Rússia se tornaram muito menos proletários em sua composição, porque durante a guerra entraram nas fábricas aqueles que queriam fugir do serviço militar (...). Por outro lado, também não há dúvida de que nosso partido é hoje, em média, menos educado politicamente (se tomarmos em consideração o nível de educação da maioria de seus membros) do que o necessário para a efetiva direção proletária em um momento tão difícil, e mais ainda pelo amplo predomínio do campesinato, que rapidamente se desenvolve rumo a uma política de classe independente”.

Em uma nota sucinta a Stalin de 15 de maio de 1922, Lênin demonstra sua preocupação com determinadas medidas que colocavam em risco o monopólio do comércio exterior. Defende a suspensão dos preparativos para a fusão do Conselho Supremo de Economia Nacional com o Comissariado do Povo para o Comércio Exterior. Via nessa medida objetivos administrativos que poderiam comprometer o monopólio do comércio exterior. Retoma a questão em 13 de outubro em uma carta dirigida ao Secretário Geral, Stalin. Questiona uma decisão do Comitê Central de realizar um reforma parcial nesse fundamento econômico. Acusa essa linha de sabotagem ao monopólio do comércio exterior. Lênin, devido à enfermidade, não pôde participar da reunião de 6 de outubro. A intenção de abrir “escritórios de compras para importação e exportação” significava a perda de controle do Estado ao proprietário de tal escritório.

Em dezembro, Lênin recorre a Trotsky para que se coloque no mesmo terreno de defesa do monopólio. Na carta dirigida a Stalin para que colocasse sua posição na reunião do Comitê Central de 13 de dezembro, intitulada “Sobre o monopólio do comércio exterior”, choca-se de frente com a posição de Bukharin que levava, segundo Lênin, a favorecer os camponeses ricos (nepmans) contra o Estado proletário. Não se podia confundir o monopólio do comércio exterior com a vigilância aduaneira. Eis a contestação de Lênin: “Bukharin menciona várias vezes o controle aduaneiro, sem notar que nas condições assinadas qualquer país industrial rico

pode destruir por completo esse controle (...). Portanto, todos os raciocínios de Bukharin sobre a política aduaneira não significam na prática outra coisa a não ser deixar a indústria russa totalmente indefesa e realizar a passagem, dissimulada por um leve véu, ao sistema de livre comércio". Nesse enfrentamento, Lênin assinalava sinais de pressões restauracionistas, ou seja, de favorecimento de setores privados.

Na carta a Stalin de 15 de dezembro, Lênin explicita sua ação no sentido de ganhar força no interior do Comitê Central para impedir o avanço de uma reforma que atingia o monopólio do comércio exterior. Revela: "Inclusive entrei em inteiro acordo com Trotsky para a defesa de minhas opiniões acerca do monopólio do comércio exterior (...). Sou decididamente contrário à protelação da questão do monopólio do comércio exterior".

Entre 15 e 21 de dezembro, Lênin envia três breves cartas a Trotsky. Alegria-se com o fato de ter conseguido "pleno acordo". Pede que Trotsky declare "diante da plenária nossa solidariedade". Mostra-se disposto a levar a frente o combate em defesa do monopólio do comércio exterior caso fossem derrotados, recorrendo ao congresso do partido. Na terceira carta, Lênin mostra-se aliviado com o resultado: "parece que conseguimos conquistar a posição sem dar nenhum tiro, com um simples movimento de manobra. Proponho não nos determos, continuar a ofensiva e submeter, portanto, ao congresso do partido a questão do reforço do comércio exterior e as medidas para seu melhoramento".

A Carta ao Congresso de 4 de janeiro de 1923 consta de várias considerações sobre mudanças na estrutura política, a orientação em torno às nacionalidades e o fortalecimento da URSS. Lênin observava com apreensão uma possível ruptura no partido. Explica: "Nosso partido se apoia em duas classes, e, por isso, é possível sua instabilidade e seria inevitável sua queda se essas duas classes não pudessem chegar a um acordo". Refere-se à classe operária e à camponesa. Reconhecia os conflitos em "membros do Comitê Central, como Stalin e Trotsky". Não via em Stalin um dirigente à altura de ocupar o lugar de secretário geral. Lênin adverte: "O camarada Stalin, tendo chegado ao Secretariado Geral, concentrou em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro de que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência. Por outro lado, o camarada Trotsky, segundo demonstra sua luta contra o CC em razão do problema do Comissariado do Povo para as Vias de Comunicação, não se distingue apenas por sua grande capacidade. Pessoalmente, embora seja o homem mais capaz do atual CC, está tomado demais pela autoconfiança e atraído pelo aspecto puramente administrativo dos assuntos". Tendo em vista essa avaliação, Lênin propõe "o aumento do número de membros do CC a várias dezenas e inclusive a uma centena (...). Os operários que se incorporem ao CC devem ser, de preferência, pessoas que se encontrem abaixo da camada dos que nos últimos cinco anos passaram a ser funcionários soviéticos, e devem estar mais próximos dos simples operários e camponeses que, entretanto, não figurem, direta ou indiretamente, na categoria dos exploradores".

Lênin demonstra que a revolução deu um grande passo ao criar "um novo tipo de Estado, em que os operários se colocam à frente dos camponeses contra a burguesia, o que, considerando as condições da hostil situação internacional, é uma obra gigantesca". Conclui: "Mas a consciência disso não deve, de modo algum, fechar-nos os olhos diante do fato de que, na essência, tomamos o velho aparato do czar e da burguesia e que agora, ao vir a paz e cobrir em grau mínimo as necessidades relacionadas à fome, todo trabalho deve orientar-se para melhoria do aparato". Lênin dava a indicação dos perigos que encerrava as heranças do velho Estado, ou seja, da velha burocracia estatal.

O Comitê Estatal de Planejamento (Gosplan) deveria ser alterado em seu funcionamento, podendo ter algum poder de decisão em relação aos demais organismos superiores, como advogava Trotsky. Em sua direção deveria estar "uma pessoa com preparação científica no sentido técnico ou agrônomo, que possuía uma larga experiência (...)". Lênin entendia que a

capacidade administrativa deveria ser secundária. As dificuldades eram grandes uma vez que "a imensa maioria dos cientistas que, logicamente, compõem o Gosplan, se encontra inevitavelmente contaminada por opiniões e juízes burgueses". Era inevitável que se travasse a luta pelas transformações da mentalidade dos cientistas que se formaram no regime anterior.

Finalmente, a Carta ao Congresso trata do problema das nacionalidades. Lênin inicia com um reconhecimento: "Acho que tenho uma grave culpa perante os operários da Rússia por não ter atuado com energia e dureza suficientes no importante problema da autodeterminação, oficialmente denominado, me parece, problema da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas". A ponta do iceberg tornou-se visível com a constituição de uma "comissão enviada pelo Comitê Central para 'investigar' o incidente da Geórgia". O incidente consistia no fato de Ordzhonikidze ter se utilizado da violência física contra um representante da república georgiana. Esse acontecimento desastroso para a relação da Geórgia com a Rússia no âmbito da tarefa de fortalecer os laços da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas evidenciou a presença da prepotência nacional. Nesse ato, estava presente a sombra do velho aparato russo. A tentativa de impor pela força "a unidade do aparato" se contrapunha à concepção socialista sobre a questão da opressão nacional.

Eis a essência da formulação leninista: "Cumpramos distinguirmos entre o nacionalismo da nação opressora e o nacionalismo da nação oprimida, entre o nacionalismo da grande nação e o nacionalismo da pequena nação. No que diz respeito ao segundo nacionalismo, nós, os integrantes de uma nação grande, quase sempre somos culpados no terreno prático histórico de infinitos atos de violência; e mesmo sem nos darmos conta cometemos um infinito número de atos de violência e ofensas (...). Por isso, o internacionalismo por parte da nação opressora ou da chamada nação 'grande' (embora seja grande apenas pela sua violência, apenas como um grande agressor) não se deve resumir em respeitar a igualdade formal das nações, mas também em respeitar uma tal desigualdade que compense outra desigualdade, aquela que se produz na vida prática, por parte da nação grande, por parte da nação opressora. Quem não tenha compreendido isso, não compreendeu a posição verdadeiramente proletária face ao problema nacional".

Com essa análise crítica, Lênin responsabiliza a posição de Stalin pelo incidente que envolveu Ordzhonikidze com os georgianos e pelo fracasso da comissão de investigação dirigida por Dzerzhinsky em dar uma resposta de acordo com a aplicação prática da concepção socialista da opressão nacional. Assim, se expressa Lênin: "Eu acho que nesse assunto exercerão uma influência fatal a pressa e o afã administrativo de Stalin, bem como a sua irritação contra o famigerado 'social-nacionalismo' (...). Stalin é grosseiro demais, e este defeito, socialmente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se torna intolerável no cargo de Secretário Geral. Por isso, proponho aos camaradas que pense a forma de passar Stalin a outro posto e nomear a este cargo outro homem, que se diferencie do camarada Stalin em todos os demais aspectos apenas por uma vantagem, a saber: que seja mais tolerante, mais leal, mais delicado e mais atencioso com os camaradas, menos caprichoso etc. Essa circunstância pode parecer uma tolice minúscula. Porém, eu creio que, do ponto de vista de prevenir a ruptura e do ponto de vista do que escrevi anteriormente sobre as relações entre Stalin e Trotsky, não é uma tolice, ou se trata de uma tolice que pode adquirir importância decisiva."

Com essa previsão que acabou se confirmando historicamente, concluímos a exposição dos 102 anos do falecimento de Lênin, de forma a constantemente recorrer ao marxismo-leninismo no trabalho de construção do partido operário revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

***Estudar e estudar, aplicar e aplicar rigorosamente as formulações do camarada Lênin!***